



**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Ciências Administrativas  
Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública/Modalidade  
EAD**

**VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO:  
REESCREVENDO HISTÓRIAS DE VIDAS  
A PARTIR DA INCLUSÃO.**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Madalena Peixoto Paulino**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

**VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO:  
REESCREVENDO HISTÓRIAS DE VIDAS  
A PARTIR DA INCLUSÃO.**

**Por**

**Madalena Peixoto Paulino**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão Pública modalidade EAD, área de concentração: Gestão Pública da Universidade Federal de Santa Maria (UFSMRS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Pública.**

**Orientador:** Dr. Gilnei Luiz de Moura

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Pólo de Sapucaia do Sul  
Curso de Especialização em Gestão Pública modalidade EAD**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova  
a monografia de especialização

**VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO:  
REESCREVENDO HISTÓRIAS DE VIDAS  
A PARTIR DA INCLUSÃO**

elaborada por  
**Madalena Peixoto Paulino**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Pública**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Dr. Gilnei Luiz de Moura**  
Orientador

---

**Ms. Guerino Antônio Tonin**  
Universidade Federal de Santa Maria

---

**Dr. Mauri Leodir Lobler**  
Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria, 16 de julho de 2011.

*“O ser humano vivência a si mesmo, seus pensamentos como algo separado do resto do universo - numa espécie de ilusão de ótica de sua consciência. E essa ilusão é uma espécie de prisão que nos restringe a nossos desejos pessoais, conceitos e ao afeto por pessoas mais próximas. Nossa principal tarefa é a de nos livrarmos dessa prisão, ampliando o nosso círculo de compaixão, para que ele abranja todos os seres vivos e toda a natureza em sua beleza. Ninguém conseguirá alcançar completamente esse objetivo, mas lutar pela sua realização já é por si só parte de nossa liberação e o alicerce de nossa segurança interior” (Albert Einstein).*

## RESUMO

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública  
Universidade Federal de Santa Maria

### **VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO: REESCREVENDO HISTÓRIAS DE VIDAS A PARTIR DA INCLUSÃO.**

AUTORA: MADALENA PEIXOTO PAULINO

ORIENTADOR: GILNEI LUIZ DE MOURA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 16 de julho de 2011.

O principal objetivo deste trabalho é propor a construção de políticas públicas de caráter integrador, através de instrumentos de gestão intersetoriais e transversais, que possibilite o acesso e garantia dos direitos das pessoas em situação de rua, respeitando-os em sua diversidade e reconhecendo-os enquanto sujeitos em resgate da cidadania. Quanto aos instrumentos para coleta de dados se fez uso das informações contidas no Cadastro Único para Programas Sociais, ferramenta implantada pelo Governo Federal e operacionalizada nos municípios para diagnóstico na construção de políticas públicas. O público-alvo deste trabalho foi composto de 17 pessoas adulto, unicamente masculino, vivendo em situação de rua, que se encontram na Praça General Freitas no centro da cidade. Ao realizar esta análise, observa-se que este grupo populacional tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, que vivenciam um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, que por sua vez, articulam estratégias de sobrevivência do jeito que lhes é possível. Conclui-se que, as iniciativas de implantar políticas públicas que atendam a população em situação de rua, ainda é um processo incipiente em nível de Brasil, e constata-se que em Sapucaia do Sul – RS existem ações isoladas somente executadas pela política de assistência social, mas o cenário esta posto e apontam reais necessidades da sociedade que demanda destes serviços oferecidos pelas políticas publicas na área social, que por longo período ainda encontrar-se-ão em constante aperfeiçoamento.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Intersectorialidade. População em situação de rua.

## ABSTRACT

The main objective of this work is the construction of public politics of integrator character, through intersectorials and transversal instruments of management, that make possible the access and rights guarantee of people who lives in the streets, respecting them in its diversity and recognizing them while citizens in the rescue of their citizenship. Regarding to the instruments for data collection, it were used information contained in the "Cadastro Único para Programas Sociais" (Unique File for Social Programs), a tool implanted for the Federal Government and implemented in the cities for diagnosis in the construction of public politics. The publish-target of this work was composed of 17 adults, solely masculine, homeless, living mainly in General Freitassquare, in the center of the city. Through this analysis, it was observed that this group has the poverty in common, broken or interrupted familiar bonds, that live deeply in a process of social disaffiliation for their employment absence situation and the derived protections or dependence of this form of work. This group also articulates strategies of survival as better as are possible for them. It can be concluded that the initiatives to implant public politics that take care of the population in street situation, are still an incipient process in Brazil, and that in Sapucaiado Sul - RS, there are only isolated actions executed by Social Assistance politics. This current situation shows the real necessities from the society that demand these services offered by public politics in the social area, which for a long period will be in a constant improvement.

**Word-key:** Public politics, Intersectionality, Population in street situation.

## LISTAS DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 – Onde costuma dormir?.....   | 36 |
| Gráfico 2 – Há quanto tempo vive na rua?.....   | 36 |
| Gráfico 3 – Quais os principais motivos pelos quais passou a morar na rua/albergue/outros?.....                             | 37 |
| Gráfico 4 – Há quanto tempo mora nesta cidade?.....   | 37 |
| Gráfico 5 – Vive com sua família na rua?.....   | 38 |
| Gráfico 6 – Tem contato com parentes que viva fora da rua?.....   | 38 |
| Gráfico 7 – Nos últimos seis meses frequentou ou participou de alguma atividade comunitária?.....                           | 39 |
| Gráfico 8 – Nos últimos seis meses foi atendido em alguns dos lugares listados abaixo?.....                                 | 40 |
| Gráfico 9 – Tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (trabalhar, ir à escola, lazer).....  | 41 |
| Gráfico 10 – Possui documentação? Quais?.....   | 41 |
| Gráfico 11 – Alguma vez teve emprego com carteira de trabalho assinada?.....  | 42 |
| Gráfico 12 – O que faz para ganhar dinheiro?.....   | 43 |
| Gráfico 13 – Onde nasceu?.....  | 43 |
| Gráfico 14 – Sexo.....  | 44 |
| Gráfico 15 – Cor ou raça.....   | 44 |
| Gráfico 16 – Frequenta a escola?.....   | 45 |
| Gráfico 17 – Qual a escolaridade cursada?.....  | 45 |
| Gráfico 18 – Qual foi o último ano/série que concluiu com aprovação neste curso que frequentou, no ensino fundamental?..... | 46 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>08</b> |
| <b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO E TEMA DE PESQUISA .....</b>  | <b>10</b> |
| <b>1.1 Problema.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>1.2 Justificativa - relevância .....</b>   | <b>12</b> |
| <b>1.3 Objetivos.....</b>   | <b>14</b> |
| 1.3.1 Objetivo geral.....   | 14        |
| 1.3.2 Objetivos específicos.....  | 14        |
| <b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>   | <b>15</b> |
| <b>3 A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: TUAÇÃO/ARTICULAÇÃO<br/>E DESAFIOS.....</b> | <b>22</b> |
| <b>3.1 Política de assistência social.....</b>  | <b>23</b> |
| <b>3.2 Política do trabalho.....</b>  | <b>24</b> |
| <b>3.3 Política de saúde.....</b>   | <b>24</b> |
| <b>3.4 Política de educação.....</b>  | <b>25</b> |
| <b>4 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....</b>   | <b>28</b> |
| <b>4.1 Instrumento de coleta de dados – cadúnico.....</b>                                   | <b>30</b> |
| <b>5 ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>   | <b>32</b> |
| <b>5.1 Tabulação gráfica dos dados.....</b>   | <b>35</b> |
| 5.1.1 Perfil dos entrevistados.....   | 36        |
| 5.1.2 Vínculos familiares.....  | 38        |
| 5.1.3 Participação em movimentos sociais e de cidadania.....                                | 39        |
| 5.1.4 Acesso a serviços governamentais e não governamentais.....                            | 40        |
| 5.1.5 Condições de saúde.....   | 41        |
| 5.1.6 Posse de documentos.....  | 41        |
| 5.1.7 Trabalho e renda.....   | 42        |
| 5.1.8 Deslocamento e naturalidade.....  | 43        |
| 5.1.9 Identificação pessoal.....  | 44        |
| 5.1.10 Educação.....  | 45        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>47</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>50</b> |
| <b>ANEXO A – Formulário Principal e Suplementar 2: Pessoa em situação de<br/>rua.....</b>   | <b>53</b> |



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho remete ao conhecimento de como se formula o processo de exclusão da população adulta em situação de rua no Município de Sapucaia do Sul, tendo como objetivo propor a construção de políticas públicas que atendam este segmento vulnerabilizado.

Entende-se que esse tema é importante e pertinente por estar imbricados sentimentos de pertencimento/despertencimento em relação à família e a sociedade, gerando um processo de exclusão e abandono desta mesma sociedade, tornando estes seres humanos invisíveis para as políticas públicas.

A relevância desta pesquisa se reforça na necessidade de instrumentalizar a gestão municipal de Sapucaia do Sul para construir políticas públicas dirigidas à população em situação de rua.

Quanto aos instrumentos para coleta de dados se fez uso das informações contidas no Cadastro Único para Programas Sociais, ferramenta implantada pelo Governo Federal e operacionalizada nos municípios para diagnóstico na construção de políticas públicas. Este documento é constituído com entrevistas estruturadas na área da saúde, assistência social, educação, trabalho e habitação.

Para desvelar o significado dessa experiência existencial da exclusão, teve-se como amostragem a entrevista elaborada a partir de abordagem social, de 17 pessoas em situação de rua, que se encontram na Praça General Freitas no centro da cidade.

No capítulo 1 apresenta-se o objeto de estudo caracterizado como projeto de pesquisa onde se encontra demonstrado o problema e a justificativa o qual possibilitou a descrição de sua relevância para a sociedade, para a gestão municipal, para os profissionais e os usuários da Política da Assistência Social, finalizando com a definição do objetivo, que é a construção de políticas públicas intersectorizadas, sendo que através do conhecimento da realidade dos processos de vivências destas pessoas primar para a inclusão social e oferta de serviços e espaços de atendimento que garantam a dignidade humana a população em situação de rua.

No capítulo 2, enfoca-se a revisão de literatura, definindo conceitos e buscando relacionar a teoria com a prática, descrevendo o referencial teórico para esclarecer a compreensão deste contexto.

No capítulo 3 contextualiza-se, previamente, sobre a conjuntura política da implementação das políticas públicas no Brasil, amparado na Constituição Federal 88, tendo como proposta a descentralização na busca da eficiência e efetividade, bem como se encontram na atualidade as políticas sociais (assistência, saúde, trabalho e educação).

No capítulo 4, descreve-se os procedimentos metodológicos, a ferramenta CadÚnico, enquanto instrumento de coleta de dados, bem como a análise dos dados tabulados.

No capítulo 5 analisa-se os resultados, através da tabulação dos dados para conhecimento da realidade da população em situação de rua no Município.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais com proposições e explanações acerca do processo desenvolvido, e em seguida os referenciais teóricos e legais consultadas e anexos utilizados.

# 1 CONTEXTUALIZAÇÃO E TEMA DE PESQUISA

Com a ciência que em nossa sociedade pessoas que perambulam pelas ruas freqüentemente são rotuladas como inferiores, anormais e sofrem diversas formas de preconceitos, muitos deles baseados em razões equivocadas sobre suas reais capacidades e valores morais e éticos, sendo, que para minimizar este processo de exclusão e por vezes desumano, faz-se necessário o poder público intervir com políticas sociais que permitam dignidade para este segmento populacional

Entende-se que através do conhecimento desta realidade é possível planejar de forma articulada entre as várias secretarias municipal propostas de ação com vista à inclusão social e laboral destas pessoas, garantindo os direitos respaldados na Constituição Federal no Art. 6º, dos Direitos Sociais (alimentação, saúde, educação, trabalho, etc.).

Contudo, para pensar políticas publicas é necessário conhecer a conjuntura territorial ao qual esta pretensa política terá a sua inserção. Analisando o contexto geográfico, histórico, econômico e social, segundo o Diagnóstico, Socio-assistencial do Município (BRASIL, 2008, p. 11). Observa-se que Sapucaia do Sul tem as características étnicas da população predominantemente de raça branca com baixa densidade de negros. Está localizado na região metropolitana, e assim como as outras cidades da região apresenta um alto índice de famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como a demanda de cidadãos em situação de rua e migrantes que passam pela cidade sem condições de suprir suas necessidades básicas, tendo seus direitos violados, passando pela condição do desemprego, pela fragilidade ou mesmo rompimentos de vínculos familiares e comunitários. Pelas consecutivas perdas desta referência, acabam por inviabilizar sua plena integração social, passando assim, a abrigar-se nas ruas, em situação de alto risco social, promovendo negativamente a marginalização da sociedade que os vê, mas faz de tudo para não enxergá-los.

É fato que em linhas gerais, estar em situação de rua leva ao esquecimento da identidade, ao anonimato, à solidão, às carências, à marginalidade e à dependência química, constituindo-se um fenômeno multidimensional que não se restringe à insuficiência ou ausência de renda, mas expressa a combinação de

varias desvantagens que impedem o excluído de pertencer à sociedade e de nela ser reconhecido com sujeito de direitos.

Pela complexidade que esta questão se apresenta o atendimento desta população deve ser pensado de forma a não ser apenas compensatório, mas onde se busque identificar as fontes das dificuldades, as possibilidades de mudanças e de todos os recursos, tanto familiares e sociais, quanto do Estado, que possam vir a contribuir para que os usuários consigam articular respostas compatíveis com uma melhor qualidade de vida. Por isso a importância de buscar-se espaços de serviços públicos que possam oferecer ambientes favoráveis, que contribuam com à elevação da auto-estima, ao resgate da dignidade e ao exercício da cidadania.

### **1.1 Problema**

O Município de Sapucaia do Sul – RS, no ano de 2009 ofertou serviço de acolhimento a população em situação de rua com o atendimento de abrigamento temporária no período mais frio do ano, bem como a articulação com municípios adjacentes para o abrigo das pessoas que procuram o serviço na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no Município, entretanto, estas ações isoladas, são apenas paliativos, que minimizam temporariamente as necessidades destes necessitados (Relatório Anual 2009).

A partir desta ação foi possível visualizar a não existência de política pública intersectorializada para atender a população em situação de rua no Município, ficando este trabalho, exclusivamente, na responsabilidade da Secretaria Municipal de desenvolvimento Social, talvez, por outras pastas desconhecerem sua função, enquanto política pública, para esta população em extrema vulnerabilidade social.

O ano de 2010, segundo relatório anual (2010), implantou-se na política de Assistência social o atendimento a população de rua no Centro de Referência Especializado – CREAS articulado com os serviços já previamente oferecidos nos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Serviço este preconizado na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, nos itens: 2.4 Usuários e 2.5.2 Proteção social Especial (2004, p. 33-38) e na Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais (2009, p. 19-23).

Entende-se, para que uma ação se caracterize em Política Pública é necessário ir além de ações pontuais e construir ações articuladas entre as diversas secretárias que desenvolvem políticas sociais, sejam da assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho e segurança. A Política de Assistência Social se destaca das demais por ser, historicamente, uma política comprometida em atender de fato a população a quem dela necessita. Serviço este em consonância com a Lei nº 8742/93. A LOAS em seu Art.1º e no parágrafo único do Art. 2º, aborda que: de Assistência Social,

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social, não contributiva, que provê os mínimos sociais, [...] para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993).

Deve-se entender esta problemática de forma totalitária, ou seja, os problemas e as soluções não podem ser vistos sob uma ótica isolada, nem contidas em um único espaço (família, instituição) ou de setor específico (assistência, saúde, educação, habitação). Para atender as diversas demandas, de forma efetiva, torna-se necessária a construção de uma rede eficiente e eficaz de atendimento qualificado e estruturado de modo a tratar o indivíduo na sua integralidade.

## **1.2 Justificativa – relevância**

É importante, salientar, que as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, colocaram um grande número de indivíduos em situação de risco social, devido ao sistema capitalista de dominação econômica, que constrói a sua marca na exploração e na desigualdade social e política.

As transformações de ordem econômica e a precarização do mundo do trabalho, exigindo a polivalência do trabalhador, as novas constituições e estruturas familiares com mudança de valores e liberações de costumes e a ineficiência do poder público, promove o empobrecimento tanto econômico, quanto relacional das famílias, ocasionando um movimento migratório gerados a partir do despertencimento social e familiar

Considerando as afirmações supracitadas, fica visível que a migração também é um dos efeitos do desemprego, a qual leva, muitas vezes, à fragilização das relações familiares e sociais, produzindo mudanças sociais que contribuem para colocar os indivíduos em situação de vulnerabilidade, e que é justamente a fragilização da garantia dos direitos sociais. As quais as políticas públicas deveriam dar conta de prover as necessidades básicas destes cidadãos.

Segundo Martinelli (1994, p. 14):

[...] muito mais do que descrever objetos, a pesquisa busca conhecer trajetória de vida, experiência sociais dos sujeitos o que pressupõe uma disponibilidade e real interesse de parte do pesquisador em vivenciar a experiência da pesquisa [...].

Complementando a idéia acima citada Kern e Schnorr (2003, p. 9) colocam que, “[...] se queremos conhecer o modo de vida, temos que conhecer as pessoas”.

Conhecer este universo determinado pela exclusão, daqueles que estão marginalizados pela sociedade, nos traz a reflexão de que o atendimento à população em situação de rua deve ser pensado de forma a não ser apenas compensatório, mas onde se busque identificar as fontes das dificuldades e as possibilidades de mudanças e de todos os recursos, tanto familiares e sociais, quanto do Estado, que possam vir a colaborar para a construção de uma sociedade mais humana e igualitária, com políticas que atuem na garantia de direitos.

A relevância deste trabalho se materializa em possibilitar aos gestores municipais reflexões sobre a temática “população em situação de rua” e a compreensão da importância de pensar ações articuladas intersecretarias dirigidas à população em situação de rua. Busca-se, portanto, “entender para propor” para construir dentro dessa contextualidade políticas sociais com estruturas que venham ao encontro às necessidades econômicas, físicas, educacionais e relacionais destas pessoas, primando com isso, melhor qualidade de vida a esta população excluída pela sociedade.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Propor a construção de políticas públicas para atender a população em situação de rua no Município de Sapucaia do Sul.

### **1.3.2 Objetivos específicos**

- Apresentar ações de políticas públicas intersetorializada.
- Sugerir a oferta de serviços à população em situação de rua a partir das políticas sociais.
- compreender a inclusão social e laboral, enquanto garantia de direitos sociais.

No capítulo a seguir será explicitada a fundamentação teórica que serve de embasamento para a produção do trabalho em tela.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Com a compreensão que todo ser humano necessita em determinados momentos de suas vidas serem cuidados e que este cuidado segue uma ordem natural de cuidadores/responsáveis<sup>1</sup>, sendo a família em primeiro lugar, a sociedade em segundo e em terceiro lugar o Estado. Para tanto se faz necessário buscar na bibliografia o significados dos conceitos das palavras e categorias para entender seus significados.

A categoria família, entende-se por base que a vida de todo ser humano esta no núcleo familiar e sua trajetória de vida dependera em muitas vezes das relações que são estruturadas neste primeiro meio social de interação do ser humano com o outro com a sociedade e com ele mesmo. Dentre os conceitos encontrados pontuarão alguns por entender de maior relevância frente ao tema abordado.

Gusmão (1987, p. 55) define família como,

[...] grupo social que tem, por base, o vínculo do parentesco. É um dos mais antigos que tem vigência, apesar de ter perdido muitas de suas funções primitivas, tendo adquirido outras, desempenhando papel relevante na educação e na formação social e da personalidade dos filhos.

No entanto, com o passar do tempo, a estrutura familiar é flexionada e com isso, também, aparecem novos conceitos. “Famílias ou grupos formados não só pelo casamento civil ou religioso, mas também, pela união estável de homem ou por comunidade dirigida somente por um homem ou por uma mulher<sup>2</sup>”

O conceito de família social para Ferreira (1982, p. 151) é “[...] núcleo de pessoas unidas por laços biológicos ou legais, que habitualmente vivem juntas, subordinada a autoridade paterna, enquanto algumas delas reclamam proteção”.

Compreendendo a categoria família, avançamos na lógica de compreender a sociedade e o sistema público – Estado e as experiência de institucionalizar ações.

Pautando a sociedade enquanto parte integrante e responsável pelo cuidado dos necessitados e buscando entende-la no seu significado e expressão, pode-se

---

<sup>1</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

<sup>2</sup> Disponível em: [www.boletimjuridico.com.br](http://www.boletimjuridico.com.br) Acesso em: 13 out. 2005.



considerar que não há processos homogêneos, tanto no que se refere a patrimônios materiais, relacionais, psicológicos e emocionais. De acordo com RUA.

[...] a principal característica da sociedade é a diferenciação social. Seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional etc.), como também possuem idéias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência.

Por serem diferentes, os indivíduos trarão contribuições múltiplas e específicas à vida coletiva: habilidades, talentos, oferta de serviços, demandas etc. São necessidades materiais não somente aquelas que se referem à nossa sobrevivência física, como alimentação, moradia etc., mas também as que dizem respeito aos nossos desejos de posse e ostentação material, tais como: propriedade de terras, bens móveis ou imóveis, jóias, dinheiro etc., [...] (RUA, 2009, p. 14 -15).

A sociedade se organiza para dar conta de atender os seus da forma que consegue, sem padrões definidos dentro de sistemas/necessidades que parecem formar um conjunto invisível de exigências funcionais que se expressão na complexidade e nos sistemas de possibilidades de cooperação, competição e conflito.

A sociedade é uma multiplicidade de funcionamentos. Desenvolver todos estes processos de forma administrável, nunca é tarefa fácil, bem por isso que a sociedade é repleta de desigualdades. Na sociedade há pessoas com ações altruístas, da mesma forma que há pessoas com ações balizadas somente por interesses próprios, mesmo assim, as altruístas para sobreviver, tem que defender interesses mesmo que seja em prol da comunidade. Segundo RUA (2009, “[...] a competição é uma forma de interação social que compreende um amplo número de procedimentos de disputa por bens escassos, geralmente conforme regras admitidas pelas partes”. Na continuação das idéias da autora em tela, o conflito também faz parte da modalidade de interação social, mas de forma mais direta, regido pelo confronto que “implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos. Porém, para que a sociedade possa sobreviver e progredir, o conflito deve estar dentro de limites administráveis” e para finalizar o entendimento de sociedade, pautamos a categoria cooperação que “consiste na capacidade de realização de ações conjuntas em prol de um benefício comum” (RUA, 2009, p. 15-16).

Na sequência a citada autora explora mais profundamente a categoria política pública esclarecendo que:

Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis (RUA, 2009, p. 19).

A citação traz a reflexão que significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política. No entanto é mais do que importante para que se tenha resultados positivos, trabalhar em condição de igualdade substituindo a competição pela cooperação, atuando com bases em interesses comuns, compartilhados e negociados em comum acordo, assumir uma predisposição coletiva para agir em determinada direção, para dar valor a certos procedimentos, defendendo-os ou dando sustentação a eles sempre com o parâmetro de melhor atender as necessidades sociais da população usuária, na perspectiva do interesse público.

Parafraseando Rua (2009), compreende-se que para a produção de serviços que resultem em mudanças da condição de vida das pessoas exige estruturas de funcionamento e qualificação dos trabalhadores responsáveis pela sua oferta. E a organização destes serviços, também exige a interação entre si das diversas áreas sociais executoras construindo uma cultura de cooperação, de confiança, de credibilidade, compartilhamento e principalmente com seus usuários para que os mesmos consigam acessar os serviços.

A seguir se explicitará a complexidade que envolve a temática “população em situação de rua”, contextualizando relações familiares e sociais e o cenário econômico (emprego), da saúde (drogadição), habitacional (imigração constante e o uso de albergues), observando a sociedade e os órgãos públicos e como estes interagem, enquanto agentes sociais na implantação de políticas públicas.

O Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009, no Art. 1º Parágrafo único, conceitua população de rua como:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utilizam os logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória (BRASIL, 2009).

Compreende-se, portanto, que o agravamento das questões sociais, econômicas e culturais tem aumentado a exclusão social destas pessoas. Exclusão social aqui entendida como um processo que impossibilita parte da população de partilhar de bens e recursos, ou seja, de acessar os serviços públicos, a rede socioassistencial ou qualquer mecanismos de inclusão social. Portanto, são pessoas que sofrem não apenas não apenas uma situação de insuficiência de renda, mas, também de privação, de abandono e de expulsão de todo e qualquer espaço social de inclusão.

Historicamente as ações para população em situação de rua é vista de forma isolada e fragmentada pelas políticas públicas municipais (assistência, saúde, educação, trabalho, habitação, cultura, esporte e lazer, segurança pública, entre outros), é necessário quebrar este paradigma e estabelecer o desenvolvimento de políticas intersetoriais. Para respaldar o processo de ruptura deste modelo fragmentado de ações, a PNPSR<sup>3</sup> esclarece que é objetivo desta política:

I - Estruturação da rede de acolhida, temporária de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua e, em consonância, com o Sistema Único de Assistência Social, os conceitos preconizados na Política Nacional de Assistência Social e com as demais políticas, particularmente, aquelas estruturantes (Trabalho, Habitação, Saúde e Educação) que possibilitem processos de saída das ruas (BRASIL, 2009<sup>4</sup>).

O processo de inclusão social desta população é carregado de desafios metodológicos e operacionais que devem ser, incansavelmente, construídos. Pensar a política pública é ir além da articulação e ação de agentes, é assumir a perspectiva da totalidade de ação pública, superando a fragmentação e a sobreposição de ações governamentais.

Na revista Saúde & Loucura no artigo, “A casa de Inverno Notas para Desinstitucionalização da Assistência Social”, o autor Antonio Lanceti, reporta a experiência vivida na Cidade de Santos no Estado de São Paulo no ano de 1993.

Ao leitor é exposto o contexto político na década de 90 em Santos e a repercussão que a questão da população em situação de rua trazia para a sociedade e principalmente para a mídia.

O relato apresentado é o resultado da criação de um espaço institucional com o propósito de acolher e não de recolher a população em situação de rua,

---

<sup>3</sup> Política Nacional para a População em Situação de Rua.

<sup>4</sup> Ibidem.

trabalhando na linha da organização coletiva, enquanto espaço de acolhimento. O autor expressou com transparência a metodologia de trabalho aplicado, esclarecendo ao leitor das dificuldades e as possibilidades surgidas a partir do oferecimento do albergue temporário em plantão noturno, intitulado “Casa de Inverno” aos usuários deste serviço.

O material aborda os conflitos intra-institucional e a busca de solução através da democracia, enquanto ensaio de um trabalho intersectorializado entre as políticas sociais no Município. Tendo como ferramenta a mediação a palavra (sensibilização) e nunca a imposição. Promovendo aos profissionais um repensar nas práticas de intervenção com as pessoas que estão em situação de rua.

No livro “Desigualdade e a Questão Social”, o autor Robert Castel, traz a construção histórica da exclusão, dividindo-a em três categorias: o desemprego de longa duração; o jovem da periferia e o sem domicilio fixo, e adverte que quando se rotula a exclusão, enquanto processo negativo, que designa a falta, sem dizer no que ela consiste, nem de onde provém nada se acrescenta.

Temos que cuidar para não entrarmos no discurso da ausência, sem entendermos que se há a exclusão deve haver a causa e que é importante conhecer a causa exclusivista. Colocada no processo e que às vezes a relação entre a lógica econômica e a coesão social, promove situações de ruptura, provocando a exclusão.

Entender o processo é fundamental para intervir sobre o processo que produz a situação de ruptura do tecido social, com finalidade preventiva e não somente reparadora, voltadas a privilegiar as intervenções na lógica de acesso ao trabalho.

A pesquisa “A Realidade dos Moradores de Rua em Porto Alegre”, realizada no anos 90 pela FASC/PMPA/PUCRS , acrescenta a questão qualitativa no dado quantitativo , mostrando a face de uma “violenta e irreparável exclusão moral” . Foram pontuados dados nacionais e internacionais para fundamentação com comparação no PIB<sup>5</sup> e per capita de ricos e pobres. Na sequência em nível interestadual o percentual de famílias indigentes nas capitais brasileiras. Culminou com os dados de Porto Alegre, tendo como referência o ano de 1994, foi tabulado questões de relacionamento familiar com linhas difusas; local de origem, enfim, várias perguntas na busca do conhecimento desta realidade.

---

<sup>5</sup> Produto Interno Bruto.

O autor finaliza o texto esclarecendo os pontos negativos e positivos da cidade de Porto Alegre, caracterizando o morador de rua, enquanto resultado das mudanças nas diferentes estruturas produtivas da cidade.

Na pesquisa “Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua de Porto Alegre” realizado 1999 pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre População de Rua – NESPRua<sup>6</sup>, traz dados comparativos com a pesquisa realizada em 1994, no propósito de compreender o movimento realizado pelas pessoas em situação de rua, neste período, 1994-1999. Esta pesquisa contou com parcerias: Hospital de Clínicas POA, Fundação de Educação Social e Comunitária PUCRS, Faculdade de Medicina e Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal.

O material reporta desde o processo metodológico de pesquisa até a apresentação dos resultados quantiquantitativo de questões voltadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, relações familiares e de trabalho formal e informal, sentimentos gerados a partir das pessoas se perceberem em situação de rua, relatos de vivências, de violências sofridas e de perdas na fase infantil e adulta, bem como, a percepção destas pessoas enquanto sujeito de direitos na sua condição humana no desejo de sair ou permanecer neste espaço social de pertencimento e despertencimento, dependendo da vinculação construída.

O projeto “Acolher – Reconstruindo Vidas” reporta um trabalho articulado entre as secretarias Municipais da Cidade de São Paulo – SP, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Este material tem como propósito conhecer, problematizar e esclarecer sobre as condições de vida da população em situação de rua de São Paulo, reportando a condição de isolamento ao qual estão sujeitos estas pessoas.

Refere à questão de ausência de políticas pública eficazes, sinalizando como fatores a “falta de vontade política de dirigentes e servidores e no despreparo das equipes sociais de campo”, trazendo como proposta norteadora deste projeto a implantação de uma política pública que busca reconstruir vidas, acreditando que não basta recolher é necessário acolher para que as pessoas sejam tratadas como seres humanos, sendo reconhecidas na condição de sujeitos.

A partir da exposição acima, ratifica-se a necessidade da intersectorialização das políticas sociais, portanto, buscou-se conhecer para dissertar sobre a

---

<sup>6</sup> Organizada por Paulo Abreu e Jane Prates.

historicidade e constituição das mesmas no cenário atual, o que se fará no próximo capítulo.

### **3 A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: ATUAÇÃO/ARTICULAÇÃO E DESAFIOS**

Para uma breve dissertação sobre políticas sociais temos que minimamente entender o contexto aos quais as políticas são definidas. No Brasil tivemos, pretensiosamente, um estado de bem estar social, coloco nestes termos, porque o Brasil nunca teve uma política que desse conta de atender as necessidades dos cidadãos em suas necessidades, sequer emergenciais. Com a chegada do neoliberalismo o estado se “encolheu” instituindo a conceituação de estado mínimo, deixando o sistema capitalismo regular a economia e as necessidades da população. A história nos mostrou que não deu certo e pouco a pouco o estado começa a recuperar o *status* de garantia de direitos e implementador de políticas sociais, mais precisamente, a partir de 2003.

A descentralização político-administrativa é um dos princípios da Constituição de 1988, que demarca uma nova ordem política na sociedade brasileira, sendo esta questão uma das pré-condições para formular uma efetiva democratização do Estado, que segundo Jacobi:

Descentralização, significa ceder poder a uma unidade inferior, o que representa basicamente dotar de competências e meios os organismos intermediários para que possam desenvolver sua gestão de maneira mais eficaz e próxima dos cidadãos (JACOBI, 1998, p. 30).

A descentralização e a transferência de responsabilidade para órgãos mais ligados à questão social vêm sendo posta em prática com muita determinação pelo governo federal que objetiva mais democracia, eficácia e justiça social.

Na perspectiva de democratização do Estado, a descentralização político-administrativa é a forma de “promover a socialização dos grupos excluídos, a ampliação de direito a autonomia e a revalorização dos poderes locais [...] redistribuição e o uso mais eficiente dos recursos públicos” (JACOBI, 2000, p. 37). este é um processo de descentralização que o autor defende, por acreditar que assim, pode-se recuperar a dimensão política da economia e devolver ao cidadão um espaço social de cidadania.

É fato que muitos municípios têm dificuldade para assumir um papel inovador e eficiente na democratização da gestão das políticas públicas, devido aos limitados

recursos de arrecadação desses municípios. Mas também é notório o esforços que muitos outros municípios fazem para implantar programas e serviços, principalmente na área da assistência social, saúde, educação e trabalho.

Entende-se, portanto a descentralização não somente como um modelo administrativo com fim em si mesmo, mas facilitador do processo de reordenamento do sistema, tornando-se gerador de maior eficiência e estratégico para a concretização dos princípios como universalidade, equidade, cidadania e participação na gestão do Estado. Na sequência se contextualizará sobre as principais políticas sociais.

### **3.1 Política de assistência social**

Nas últimas décadas, a pobreza deixou a periferia e passou a fazer parte dos centros urbanos, levando a uma degradação nas condições de vidas dos grupos mais pobres da população, crescendo o fenômeno de população em situação de rua entre outros.

Conta-se que hoje existem segmentos populacionais que são poucos vistos e atingidos pelas políticas sociais em execução, ficando esta população miserável e marginalizada<sup>7</sup> entregue a própria sorte.

Entretanto, a Constituição Federal de 1988, introduziu o conceito de assistência social, como política pública, direito do cidadão e dever do estado. E expressou na norma que deve-se tornar realidade na sociedade brasileira um sistema de garantias de mínimos sociais, que rompa com a tradição assistencialista e trabalhe a lógica do direito. Condição esta citada no “Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”.

Ao ser elevada ao *status* de política pública tem como objetivo possibilitar o acesso da população às demais políticas sociais garantindo, assim, o exercício da cidadania.

---

<sup>7</sup> Pessoas que estão à margem das políticas públicas.



### 3.2 Política do trabalho

O mercado de trabalho, com a reestruturação do mundo do trabalho, construiu um alicerce sobre o trinômio qualidade, produtividade e competitividade, sendo este o novo regulador das relações produtivas, exigindo cada vez mais profissionais qualificados, excluindo do sistema grande parte de trabalhadores, que estavam, de alguma, forma nele incluídos.

A reinserção deste grupo no mercado de trabalho passou nas últimas décadas a ser pauta do Estado na área social, objetivando atenuar a miséria e a inclusão desta população excluída, em condições extremamente adversas, que busca desenvolver estratégias para garantir a própria sobrevivência.

De acordo com o *site* do Ministério do Trabalho, muitas são os programas disponibilizados na política do trabalho, descrevo apenas alguns para materialização desta política (Projovem Trabalhador, Primeiro Emprego, fomento de cooperativas, cursos profissionalizantes, etc.). O governo é um instrumento de legitimação e reprodução do capitalismo, mas também é responsável pela criação de políticas públicas e sociais, que dêem conta de atender as demandas da população.

O direito ao trabalho, bem como a organização deste encontra-se garantido na Constituição no “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”.

### 3.3 Política de saúde

Relacionando as idéias de Rezende e Cavalcanti (2006, p. 67-78) a Política da área de saúde teve em sua construção histórica evoluções significativas na compreensão do objeto do serviço oferecido aos usuários desta política. Primeiramente a ação estava voltada a questão saúde/doença, com a intervenção de profissionais da área médica no sentido de recuperação da saúde. No decorrer do processo houve uma re-significação, entendendo que o indivíduo não se limitava somente a dimensão biológica e se construiu uma leitura biopsicossocial desta questão.

A partir dessa leitura a saúde passou a ser entendida como resultado das condições de vida biológica, social, psicológica, cultural, econômica e as relações estabelecidas entre si e o meio social.

A noção de saúde passou a ser definidas como formas concreta de vida em sociedade, decorrente das relações sociais e de produção, da inserção dos cidadãos no sistema e de como se mantém e se reproduzem socialmente.

A Constituição Federal, no capítulo da Seguridade Social, determinou a saúde como direito universal e dever do Estado, com as características da gratuidade, universalidade, integralidade. Conforme:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

A política de saúde é direito humano fundamental reconhecido em quase todas as sociedades, sendo inegável a sua intersectorialidade com as demais políticas sociais.

### **3.4 Política de educação**

A política educacional que iremos descrever tem a concepção de educação enquanto formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmo a partir do domínio de bens culturais produzidos socialmente, que assumam sua condição de sujeitos na dinâmica da vida social.

A educação deve ser um elemento fomentador de transformação de indivíduos/ sujeitos em coletivos/sujeitos, se espraiando para muito além dos muros escolares. O acesso e permanência na escola é direito garantido na constituição, portanto, deve ser pública, igual para todos e democrática em todos os seus aspectos. De acordo com:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

A constituição afirma sua abrangência para além da casa e da escola e sua vinculação com o mundo do trabalho. A formação educacional de hoje, tem como base a estrutura convencional de ensino/aprendizagem, pautado em grade curricular, com certa flexibilidade, mas engessados de disciplinas pedagógicas definidas historicamente, com lugar definido a priori para cumprir regras e que cerceia a liberdade. Entender essa modalidade é fundamental para a compreensão das e nas representações dos sujeitos que se confrontam com o cotidiano escolar

Entretanto, a educação deve ser constituída em novos parâmetros, porque pode não parecer, mas esta imbricada pelos novos meios de produção que e vem pela introdução de novas tecnologias e de diferentes formas de organização do processo produtivo, conforme Neves (2002, apud REZENDE; CAVALCANTI, 2006, p. 123) há na educação “por um lado níveis de desenvolvimento das forças produtivas e, por outro, a capacidade popular de demandar acesso ao saber socialmente acumulado e produzido”.

A escola precisa viabilizar uma articulação com outros setores da política social, para atender de forma mais integral, buscando garantir o acesso aos serviços (educacionais) oferecidos e a reconstrução da autonomia dos sujeitos para que consigam articular respostas e recursos compatíveis com uma melhor qualidade de vida.

Para finalizar este capítulo, ratificamos que reconhecer a trajetória percorrida pelas Políticas Sociais, nas últimas décadas, instrumentaliza-nos para enfrentar os desafios próprios de processos de mudanças e transformações sociais. Processos esses gerados que a partir da Constituição Federal de 1988, tiveram implicações fundamentais, uma vez que colocaram as ações articuladas, das políticas, no propósito de garantir direitos e promover a cidadania de amplos segmentos da população, que amargam, pela produção e acirramento das desigualdades sociais.

Para tanto e para chegar perto de quem realmente mais precisa destes serviços, é preciso articular com ações já existentes e construir outras que potencialize esta integração, mas principalmente empreender o grande desafio da incompletude institucional e da intersetorialidade. Esta estratégia com certeza nos

fará ganhar em efetividade e resultado. Certamente fará ganhar a todos em cidadania.

A seguir se explicitará sobre o procedimento realizado na abordagem e sobre a ferramenta utilizada para a coleta de dados.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para tornar eficiente a coleta de dados com a preocupação na veracidade das informações registradas no CADUNICO, se fez necessário a montagem da estrutura de acordo com a necessidade do serviço.

O processo foi desenvolvido unicamente por órgãos governamentais compreendendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito. A equipe foi constituída por Assistentes sociais, psicólogos, estagiários do Serviço social, cadastradores do cadúnico, motorista e guarda municipal, totalizando 11 pessoas. Os servidores da guarda municipal acompanharam os profissionais de gestão da Assistência Social, fornecendo informações importantes sobre a localização dos pontos de pernoite e características desta população, sendo estes conhecidos na sua maioria dos guardas municipais.

O trabalho para além de coleta de dados possibilitou agregar valores e saberes na busca do exercício da cidadania, a atuação dos profissionais compreendeu serviço de encaminhamento de documentos necessário ao cadastramento e outros encaminhamento referente às demandas apresentadas no momento da intervenção.

Para que os profissionais realizassem este processo de intervenção, foi necessário se desprender, de por vezes existentes, preconceitos que poderiam trazer prejuízo a aproximação com a população em situação de rua.

A abordagem foi realizada no turno da manhã, nas primeiras horas, a aproximação inicial foi à oferta de sanduíche e café, sendo que neste horário eles estavam acordando.

A preferência pelo horário de abordagem foi de entendimento do grupo, porque neste momento eles estariam limpos<sup>8</sup> e com melhores condições de responder com clareza as perguntas realizadas.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais: preparatória e levantamento de campo.

### a) Pré-campo:

Em cada abordagem selecionada foram feitas as seguintes ações:

---

<sup>8</sup> Sem efeito de substância psicoativo.

- Articulação com técnicos da proteção básica e especial que trabalham com essa população;
- Mapeamento dos pontos de pernoite de pessoas em situação de rua, a partir das informações levantadas com os órgãos articulados e obtidas por meio da observação direta nas ruas;
- Elaboração dos roteiros de percurso das equipes de campo.

#### b) Campo:

O levantamento de campo foi a partir do preenchimento do documento físico do Cadastro Único (questionário com 20 perguntas) e anexo específico para população em situação de rua de acordo com a Secretaria Nacional de Renda cidadania.

A pesquisa foi realizada com 17 pessoas, selecionada a partir da acessibilidade dos cadastradores.

Cuidados metodológicos foram adotados para garantir que o levantamento reproduzisse da forma mais aproximada possível, o tamanho e as opiniões da população estudada. Entre esses, se destacam:

- A pesquisa não foi realizada em períodos atípicos, como nos fins de semana, à noite, em dias próximos às festas e eventos e em outras situações que pudessem provocar deslocamentos incomuns;
- O trabalho de campo foi conduzido em período diurno, quando em geral, a população ainda estava acomodada nos pontos de pernoite que foram mapeados na etapa do pré-campo;
- A participação de trabalhadores da Secretaria de Desenvolvimento Social, alguns profissionais já conhecidos desta população contribuiu para a abordagem adequada dos entrevistados, não tendo recusa dos mesmos ao processo de entrevista.
- O retorno aos locais pesquisados para a continuidade da coleta de dados foi essencial para tornar a cobertura mais abrangente possível no caso da constante migração destes dos pontos de pernoite.
- O adequado dimensionamento da equipe possibilitou a cobertura desejada: 11 profissionais participaram das atividades de campo.

#### 4.1 Instrumento de coleta de dados – cadúnico

A setorialização entre as políticas é condição essencial para agregar o princípio da efetividade na administração pública, que significa melhor resultado com mínimo de custo aos cofres públicos.

Acerca da integração de políticas públicas setoriais o instrumento que melhor contempla a complexidade de dados necessários (dados de domicílio, famílias e pessoas) destas políticas é o CADÚNICO, sendo considerado o melhor cadastro social, atualmente, em uso no Brasil. Ratificando a determinação da Política Nacional para a População em situação de Rua na área da Assistência Social VII que define “Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para subsidiar a formulação e implantação dos serviços, sociais e para acesso aos programas nas três esferas de governo”. Cabe destacar que o Governo Federal utiliza o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, se constituindo um instrumento essencial de integração de programas sociais. Sendo este a ferramenta de base também para a construção de serviços, projetos e programas em nível estadual e municipal. De acordo com informação no *site* do MDS<sup>9</sup>.

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família. O Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), deve ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Suas informações podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades (BRASIL, 2011a).

O instrumento apresentado acima (CadÚnico) é o mais importante fonte de informações para planejamento de políticas sociais, possibilita o mapeamento dos problemas sociais e estruturais (infra-estrutura) dos municípios. As informações coletadas, neste instrumento, correm a rede mundial de computadores e abastecem

---

<sup>9</sup> Ministério do desenvolvimento social e Combate a Fome.

um banco de dados nacional – Cadastro Único. Ao se cadastrar cada família ou indivíduo recebe um Número de Identificação Social (NIS), por meio do qual é possível localizá-la no Cadastro Único.

De acordo com informações do MDS:

A inscrição da família no Cadastro Único para Programas Sociais ou a atualização cadastral só é efetivamente realizada após o registro das informações coletadas na base nacional do Cadastro. Isso se inicia com a digitação dos dados do formulário e segue procedimentos distintos, conforme a versão do Sistema de Cadastro Único em utilização. Estão em vigência duas versões desse Sistema: a versão 6.05, composta por um aplicativo off-line para a digitação dos dados e um aplicativo on-line para sua transmissão à base nacional; e a versão 7 cujo funcionamento é integralmente on-line, não necessitando de aplicativo distinto para a transmissão dos dados à base nacional (BRASIL, 2011b).

A versão 7.0 do CadÚnico tem formulário em anexo que possibilita o cadastramento da população em situação de rua. Para viabilizar a integração de ações, reúne as informações dessa população em um único banco de dados e permite também ações articuladas entre todas as áreas e instâncias de governo para que sejam implementadas ações efetivas que possibilitem a construção da autonomia das pessoas em situação de rua. Conforme o Guia do Gestor Municipal: Cadastro Único para Programas Sociais.

[...] o MDS elaborou um Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua. Nesse material é apresentada a estratégia de cadastramento para esse grupo, em consonância com a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

O cadastramento de pessoas e famílias em situação de rua deve constituir uma ação articulada com a área de Proteção Social Especial do município, uma vez que a abordagem dessas pessoas deve ser feita por técnicos capacitados para esta função (BRASIL, 2010, p. 69).

Articular primeiramente a rede de proteção básica e proteção especial do Município é fundamental para elaboração e implantação de políticas sociais diferenciadas que atendam às necessidades da população em situação de rua.

A seguir será realizado a tabulação dos dados para conhecimento da realidade da população em situação de rua no Município.



## 5 ANALISE DE RESULTADOS

A abordagem social com a população em situação de rua para cadastramento no CadÚnico foi realizada no dia 04 de abril de 2011 para cumprir determinação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Secretária Nacional de renda de cidadania de acordo com a Instrução Operacional nº 7.

Pessoas e famílias em situação de rua deverão ser cadastradas no Cadastro Único como as demais famílias de baixa renda com perfil para inclusão. O cadastramento é realizado por meio do preenchimento dos Formulários Principal, Suplementar 1 e 2. O Formulário Suplementar 2 foi criado com a finalidade de coletar informações específicas da população em situação de rua (BRASIL, 2010).

As questões listadas abaixo fazem parte do formulário do CadÚnico, versão 7.0, e do formulário suplementar 2 do mesmo documento (modelo em anexo) e o resultado quantitativo é a soma das respostas dos entrevistados.

Questão número 1 = Dos entrevistados 16 pessoas responderam que moravam na rua e 1 pessoa respondeu o item outro lugar. Todas responderam 7 dias na semana.

Questão número 2 = Há quanto tempo vive na rua? as respostas ficaram distribuídas na seguinte ordem:

- Até 6 meses -7 pessoas
- Entre 6 meses e 1 ano – 1 pessoas
- Entre 1 e 2 anos – 5 pessoas
- De 5 a 10 anos – 2 pessoas
- Mais de 10 anos – 1 pessoa

Questão número 3 = Quais os principais motivos pelos quais passou a morar na rua/albergue/outros? Este quesito admite múltipla marcação.

(4) Problemas com familiares/companheiro

(7) Alcoolismo/drogas

(3) Desemprego

(2) Preferência/opção própria

(2) outro (falecimento de familiar)

Questão número 4 = Há quanto tempo mora nesta cidade?

(3) até seis meses

- (2) Entre um e dois anos
- (1) Entre dois e cinco anos
- (1) Entre cinco e dez anos
- (10) Mais de dez anos

Questão número 5 = vive com sua família na rua?

- ( ) Sim (17) Não

Questão número 6 = Tem contato com parentes que viva fora da rua?

- (1) Todo dia
- (1) Toda semana
- (2) Todo mês
- (1) Todo ano
- (8) Quase nunca
- (4) Nunca

Questão número 7 = Nos últimos seis meses frequentou ou participou de alguma atividade comunitária?

- (1) Associação
- (1) Movimento social
- (6) Não sabe/não lembra
- (8) Não respondeu

Questão número 8 = Nos últimos seis meses foi atendido em alguns dos lugares listados abaixo? Este quesito admite múltipla marcação.

- (8) Centro de Referência de Assistência Social
- (2) Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- (2) Instituição de acolhimento não governamental (instituição beneficente privada/outro)
- (3) Hospital geral
- (5) Nenhum

Questão número 9 e 10 = Tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (trabalhar, ir à escola, lazer).

- (1) Sim - Deficiência física
- (16) Não

Questão número 11 = Possui documentação? (8) sim (9) Não. Quais?

Este quesito admite múltipla marcação.

- (6) Certidão de Nascimento/Casamento

- (2) CPF
- (2) Documento de Identidade (RG)
- (1) Título Eleitoral
- (1) Carteira de Trabalho e Previdência Social

Questão número 12 = Alguma vez teve emprego com carteira de trabalho assinada? (15) Sim (2) Não

Questão número 13 = O que faz para ganhar dinheiro? Este quesito admite múltipla marcação.

- (7) Guardador de carro/flanelinha
- (5) Catador de material reciclável
- (3) Serviços gerais/limpeza/outros
- (3) Pede dinheiro
- (3) Não respondeu
- (1) Outros

Questão número 14 = Onde nasceu?

- (5) Neste Município
- (11) Em outro Município

Questão número 15 e 16 = Sexo? Cor ou raça?

- (0) Feminino (17) Masculino
- (12) branca; (4) preta; (1) parda.

Questão número 17 e 18 = Sabe ler e escrever? (17) Sim (0) Não

Frequenta escola? (0) Sim (17) Não

Questão número 19 e 20 = Escolaridade?

- (15) Ensino fundamental
- (2) Ensino médio

Qual foi o último ano/série que concluiu com aprovação neste curso que freqüentou, no ensino fundamental?

- (1) Segunda série
- (1) Quarta série
- (3) Quinta série
- (3) Sexta série
- (3) Sétima série
- (4) Oitava série

Para maior compreensão do público em questão, extraiu-se desta ferramenta CadÚnico, de maneira a complementar as informações dados sobre a idade dos entrevistados e renda mensal dos mesmos.

As idades daqueles que informaram data de nascimento variam de 22 anos a 43 anos, de acordo com os dados a seguir:

- Déc 60 – 4 pessoas
- Déc 70 – 3 pessoas
- Déc 80 – 9 pessoas

Não informou – 1 pessoa

Em relação a renda mensal 7 pessoas referiram média de ganho mensal no último mês de:

- 1 pessoa 140,00
- 3 pessoas 150,00
- 1 pessoa 280,00
- 1 pessoa 300,00
- 1 pessoa 600,00

### **5.1 Tabulação gráfica dos dados**

A seguir serão demonstrados e tabulados os resultados em forma de gráfico e computado as respostas em percentual, bem como análise descritiva dos mesmos.

### 5.1.1 Perfil dos entrevistados

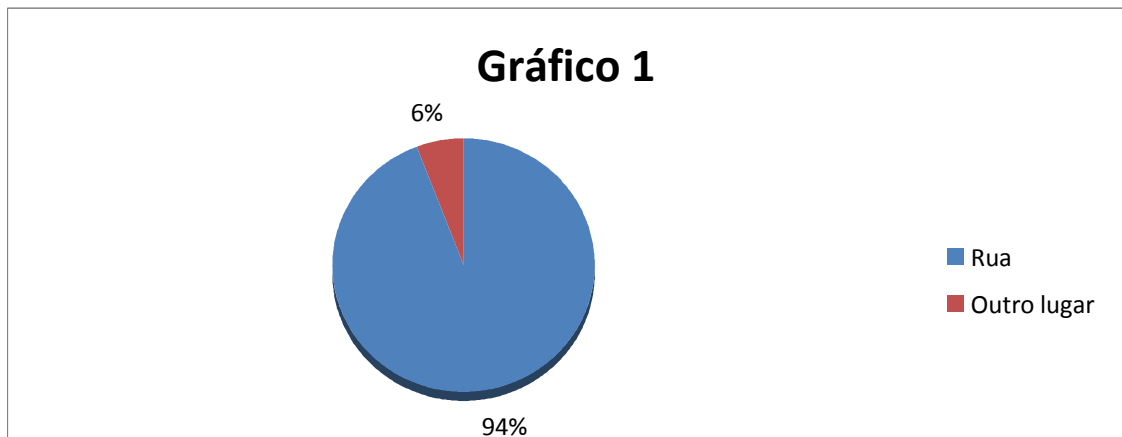


Gráfico 1 – Onde costuma dormir? Todos responderam 7 dias na semana.

Em relação ao pernoite regista-se que a maioria costuma dormir na rua (94%). Apenas (6%) refere utilizar outros lugares, não esclarecendo os mesmos. Todos informaram que utilizam a rua ou estes outros espaços sete dias na semana. O item da pesquisa albergue e domicilio particular não foi assinalado.

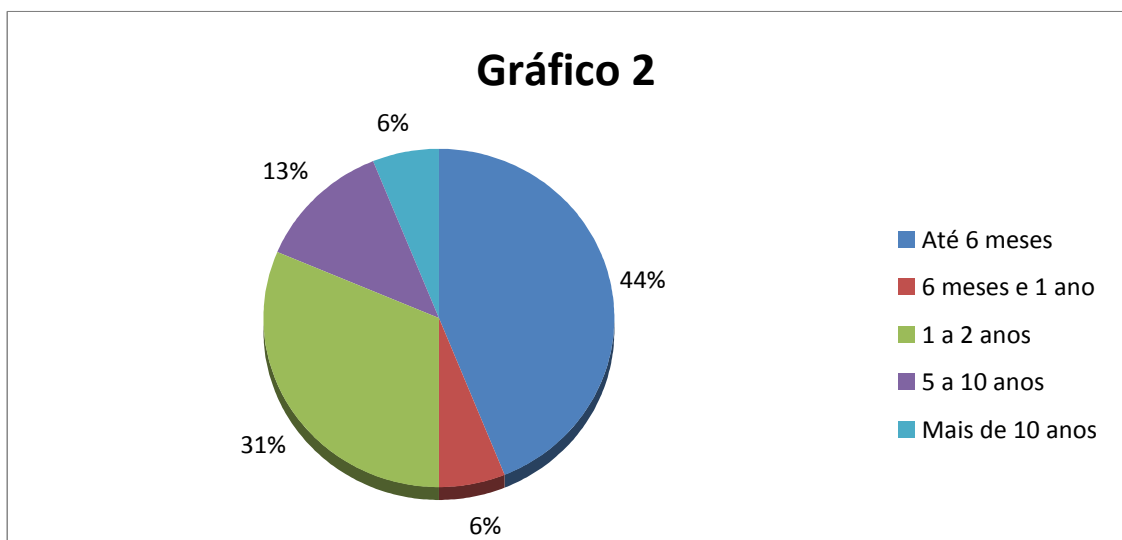


Gráfico 2 – Há quanto tempo vive na rua?

Neste gráfico observa-se que a maioria (44%) está na rua a menos de seis meses. De um ano a dois anos (31%) e totaliza (25%) os outros períodos. É importante considerar que houve uma queda de seis meses a um ano em relação ao intervalo interior e posterior. Mostrando um importantíssimo intervalo para intervenções focalizadas neste período com políticas sociais.

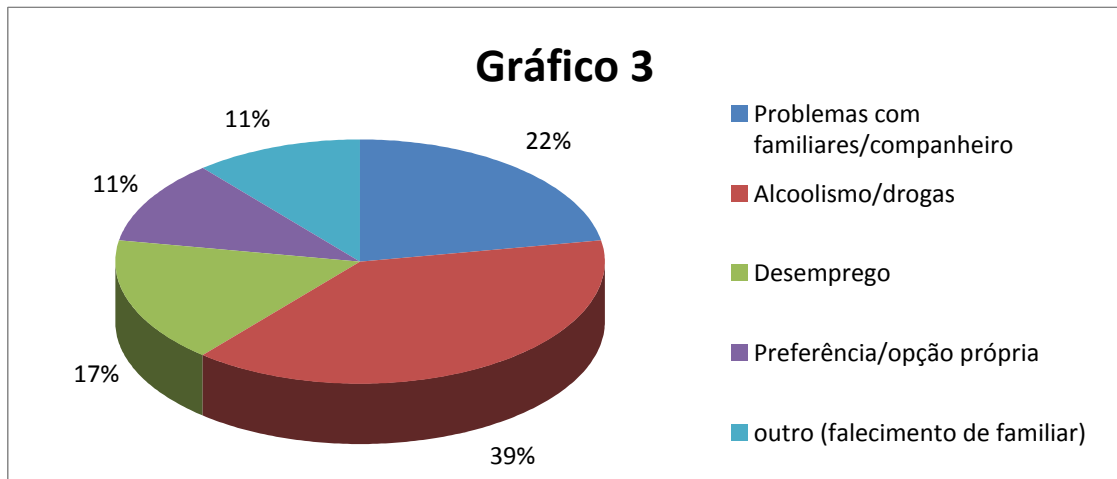


Gráfico 3 – Quais os principais motivos pelos quais passou a morar na rua/albergue/outras? Este quesito admite múltipla marcação.

Referente aos motivos que levaram a condição de morar na rua a dependência química foi à principal razão (39%) o uso de drogas lícitas ou ilícitas que causam dependência como o álcool, maconha, cocaína, etc., afastaram o entrevistado do convívio familiar e do domicílio que antes servia como moradia. Por desavenças familiares. Representam conflitos e desentendimento entre parentes consangüíneo ou cônjuges que levaram ao rompimento dos vínculos familiares (22%). Desemprego (17%). Pelas consecutivas perdas (11%) e por preferência (11%). Observa-se com estes dados que o desemprego não se constitui em absoluto para a fragilização dos vínculos familiares. Pontos importantes têm de serem considerados, pontos estes relacionados à área da saúde e da assistência, quando as perdas emocionais e relacionais desta referência, acabam por inviabilizar sua integração familiar.

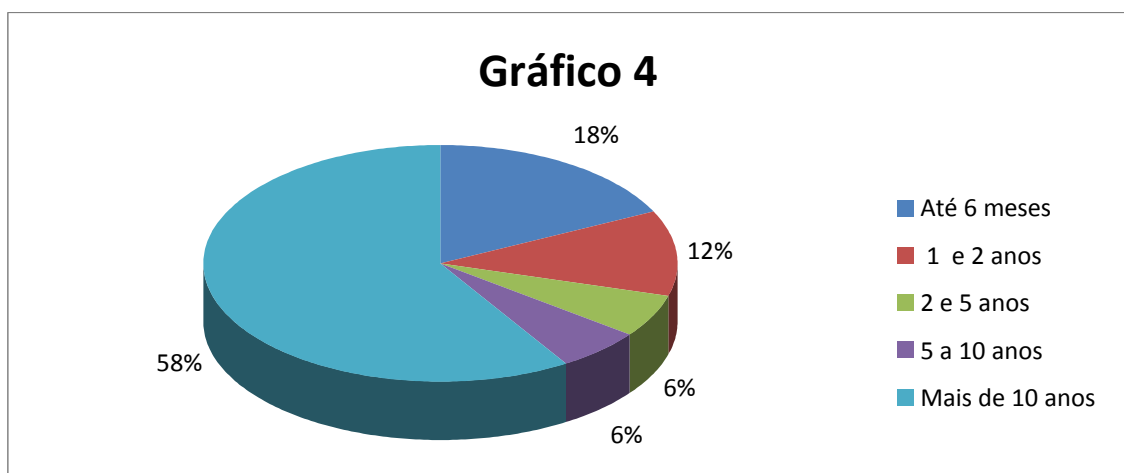


Gráfico 4 – Há quanto tempo mora nesta cidade?

No que se refere o tempo de residência no Município à maioria (59%) reside a mais de 10 anos. Até seis meses (17%), sendo população adulta temos que considerar o(s) motivo(s) que os trouxeram ou mantêm neste período na cidade. De um dois anos (12%). De dois a cinco anos e de cinco a dez anos (6%).

5.1.2 Vínculos familiares



Gráfico 5 – Vive com sua família na rua?

Este gráfico reproduz que (100%) da população estão sozinhos na rua sem a presença de membros do seu núcleo familiar, confirmando o gráfico três da ruptura dos vínculos familiares e não somente ausência de renda.

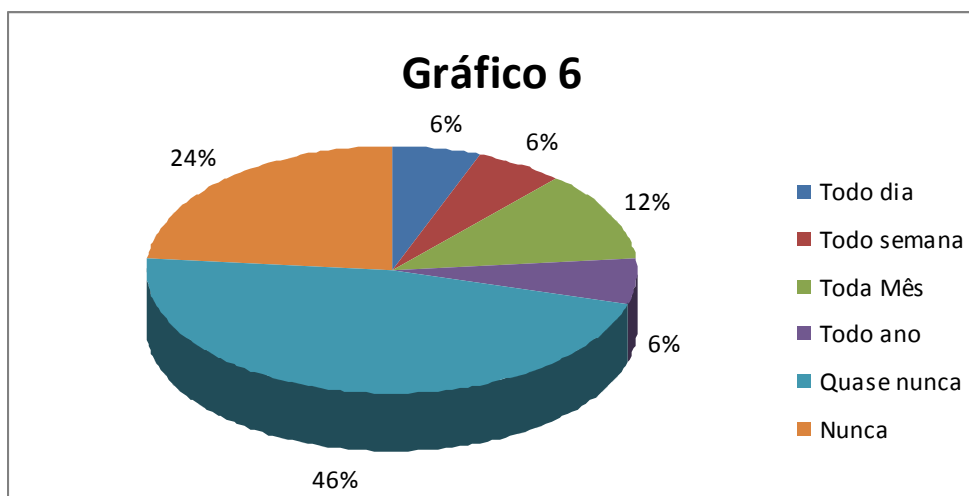


Gráfico 6 – Tem contato com parentes que viva fora da rua?

Os vínculos fragilizados ficam visíveis com o percentual de (47%) que quase nunca tem contato com parentes. A ruptura dos vínculos familiares é de (23%). Todo

ano (6%). Os contatos mais frequentes (mensal, semanal ou diário, totalizam (24%). Dados importante para trabalhar o resgate eo fortalecimento dos vínculos familiares. Estes dados não nos mostram a qualidade destes relacionamentos.

### 5.1.3 Participação em movimentos sociais e de cidadania

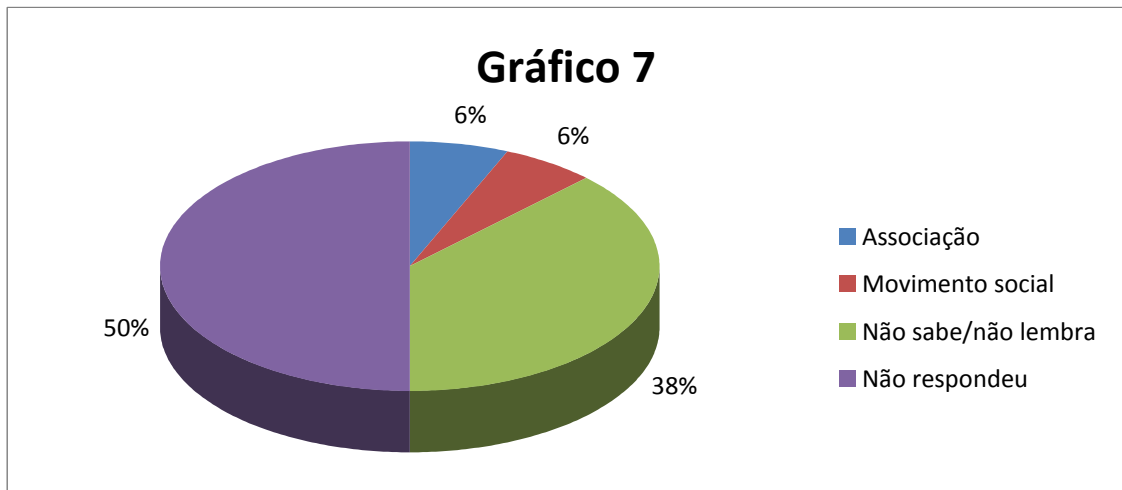


Gráfico 7 – Nos últimos seis meses frequentou ou participou de alguma atividade comunitária?

Este gráfico ilustra a baixa participação em movimentos sociais e ao exercício de cidadania, sendo que a grande maioria (88%) não participa de qualquer movimento social ou atividade de associativismo. Apenas 12% confirmaram participação em algum movimento social ou associação.



#### 5.1.4 Acesso a serviços governamentais e não governamentais

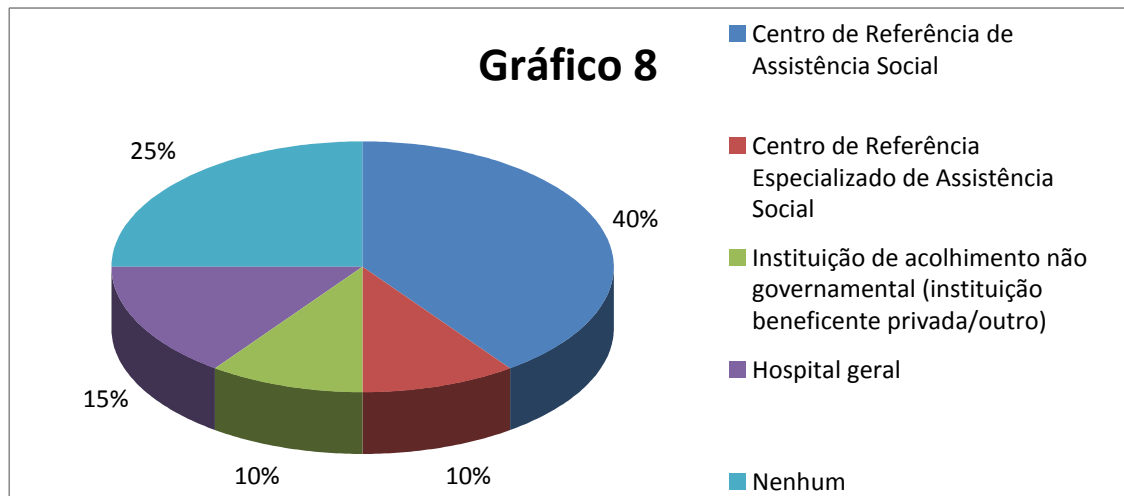


Gráfico 8 – Nos últimos seis meses foi atendido em alguns dos lugares listados abaixo? Este quesito admite múltipla marcação.

O atendimento nos aparelhos governamentais e não governamentais está relacionado com o acesso a estes espaços que podem ser inclusivo ou discriminatório. Dos entrevistados (40%) foi atendido pelos CRAS(s), para receber benefícios eventuais (alimento, agasalho, encaminhamento de documento, fotos e passagens). (15%) receberam atendimento no Hospital. Ao CREAS (10%), sendo este espaço a porta de acesso desta população as políticas sociais. Instituição beneficente ou particular soma (10%). O número de pessoas que não tem acesso a nenhum atendimento totaliza (25%) referem desconhecimento e o fato de serem impedidas de entrarem em certos locais.

### 5.1.5 Condições de saúde

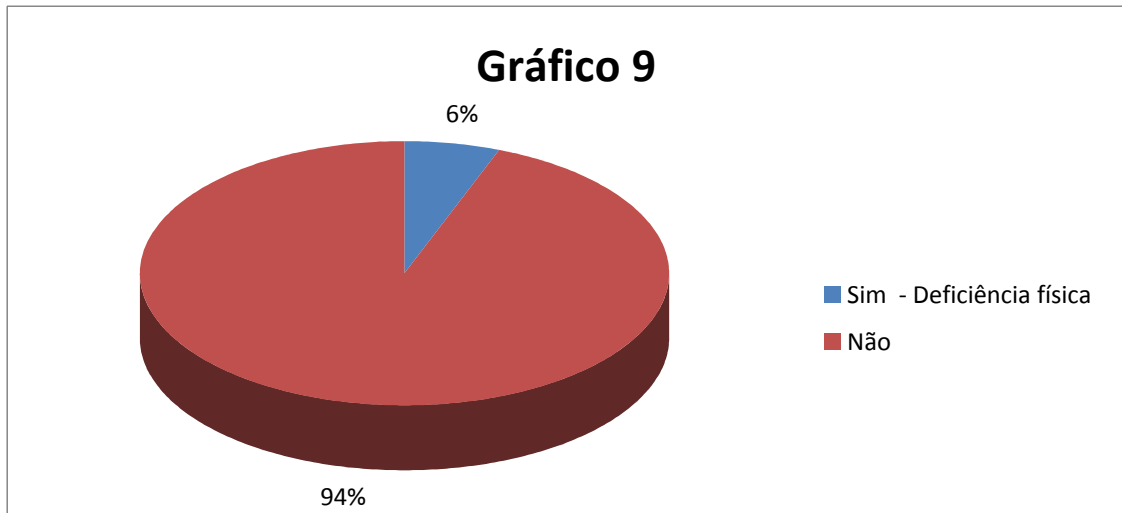


Gráfico 9 – Tem alguma deficiência permanente que limite as suas atividades habituais (trabalhar, ir à escola, lazer).

Dos entrevistados (94%) não tem deficiência e somente (6%) tem deficiência física, mas que permite deslocamento sem auxílio de terceiros.

No item da saúde, fica com falta de quesitos para analisar questões como medicamentos (se faz uso ou não e qual o acesso ao medicamento), doenças que requerem acompanhamento médico (hipertensão, problemas psiquiátrico, HIV, tuberculose e outras).

### 5.1.6 Posse de documentos

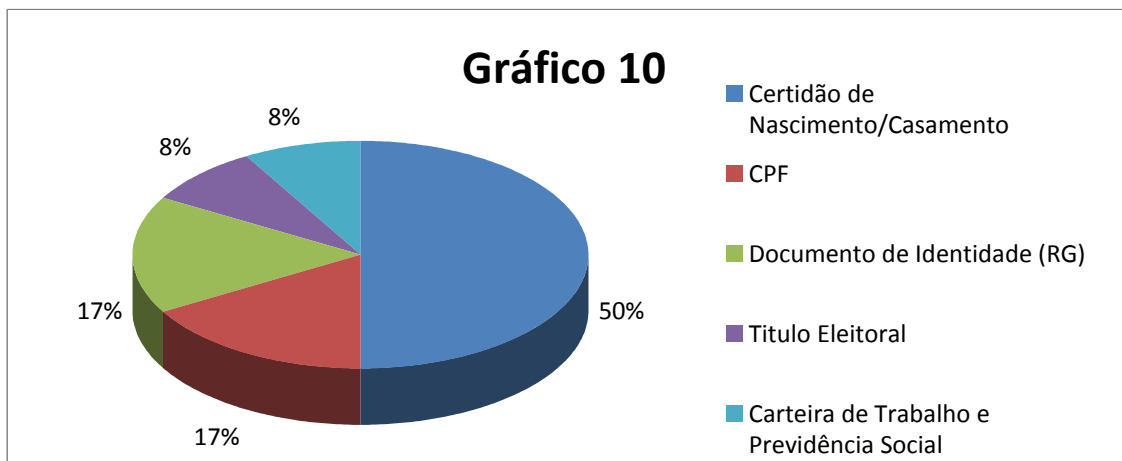


Gráfico 10 – Possui documentação? (8) sim (9) Não. Quais? Este quesito admite múltipla marcação.

A maioria das pessoas em situação de rua não possui (mais de 50%) documentação, situação esta que pode acarretar ausência de identidade pessoal destes sujeitos. Os documentos apresentados ou referidos foram: Certidão de Nascimento (50%), CPF (17%), R.G. (17%), Título de eleitor e Carteira de Trabalho (6%). A falta da documentação dificulta a obtenção do emprego formal e o acesso aos programas governamentais (Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família – CadÚnico e projetos e serviços em nível municipal).

#### 5.1.7 Trabalho e renda

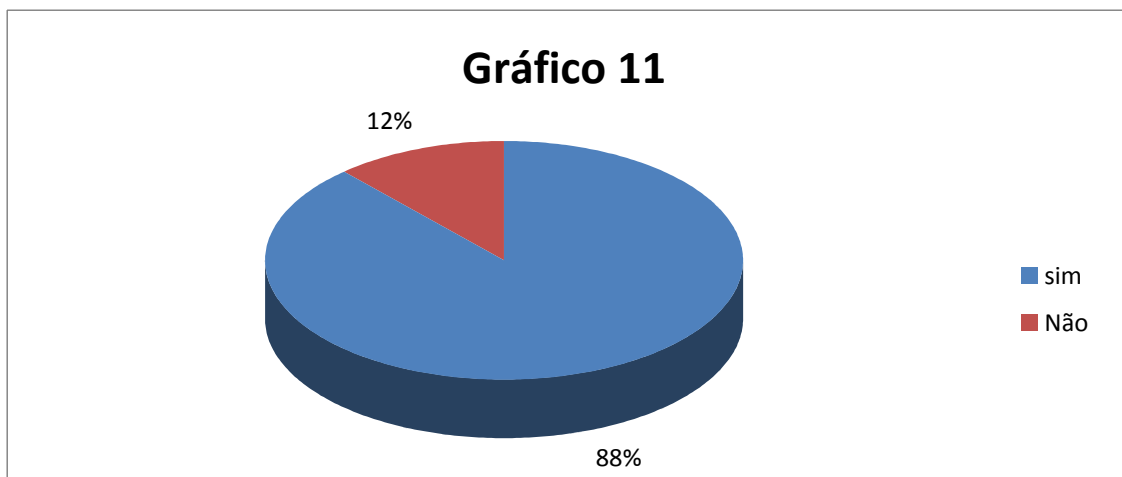


Gráfico 11 – Alguma vez teve emprego com carteira de trabalho assinada?

Os entrevistados que afirmam já ter trabalhado com carteira assinado, compõem a maioria (88%), sendo que somente (12%) nunca trabalharam com carteira assinada. Expressando que um grande número já exerceu atividade com direitos trabalhistas garantidos, e contribuiu para a previdência. Faltou o dado, de quanto tempo trabalhou com carteira assinada.

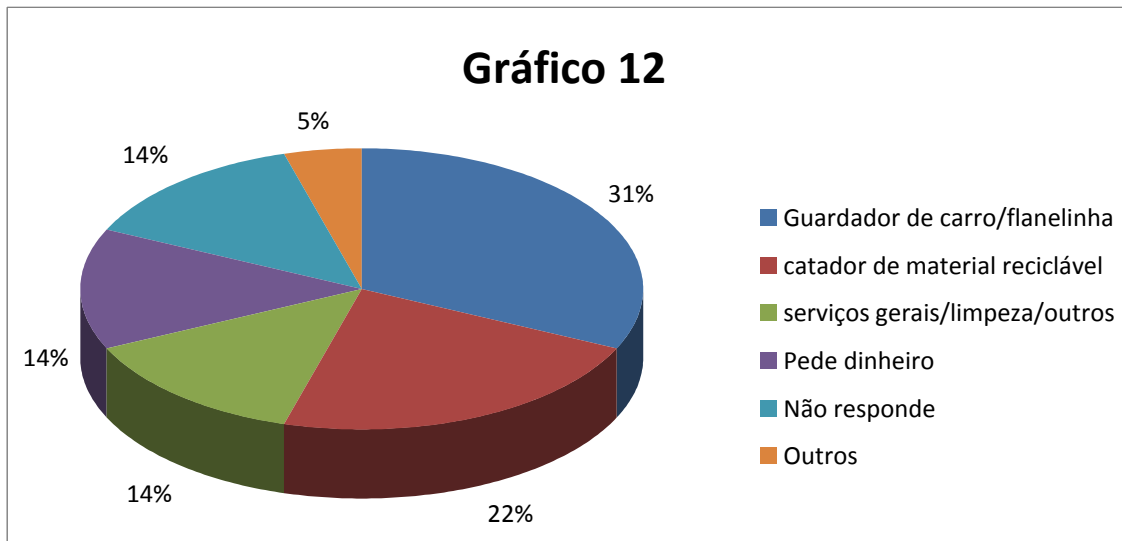


Gráfico 12 – O que faz para ganhar dinheiro? Este quesito admite múltipla marcação.

Este gráfico aponta que todas as atividades exercidas são advindas da chamada economia informal, com o maior número de guardador de carro (não fazem parte da cooperativa que legaliza o trabalho no Município). Catador de material reciclável (23%). Serviços gerais (13%) Limpeza de pátios e capina. Somente (14%) pede dinheiro esse dado desmistifica que as pessoas que estão em situação de rua são mendigos/pedintes (aqueles que pedem dinheiro para sobreviver). Neste item faltou dados referente à profissão e atividade que exerceu com carteira assinada.

#### 5.1.8 Deslocamento e naturalidade

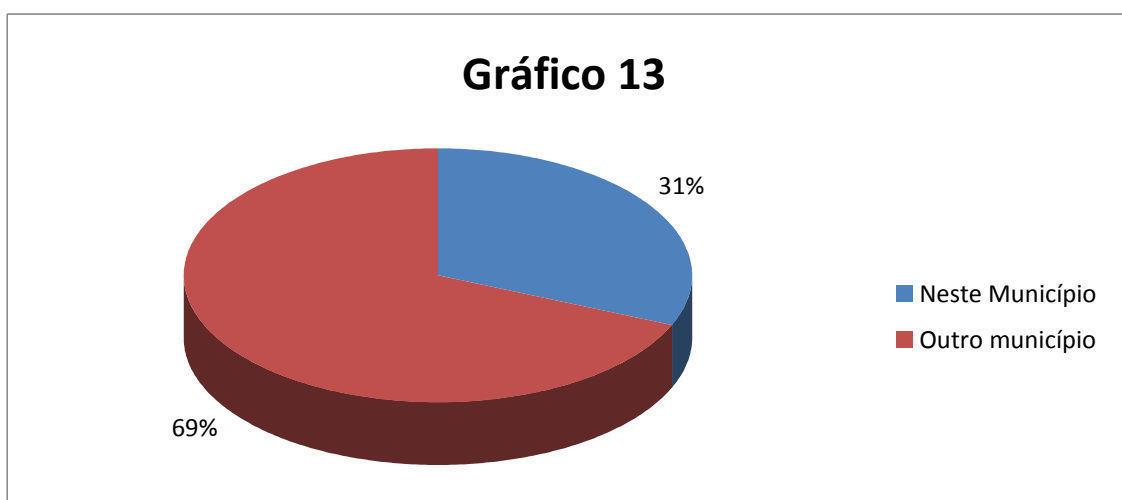


Gráfico 13 – Onde nasceu?

Em relação à naturalidade somente (31%) dos entrevistados são originários do Município (nasceram e permanecem). A maioria (69%) realizou processos de migração dos municípios do mesmo Estado – RS, sendo de Municípios adjacentes, em razão da geografia local (Região Metropolitana), outros do interior do Rio Grande do Sul.

#### 5.1.9 Identificação pessoal

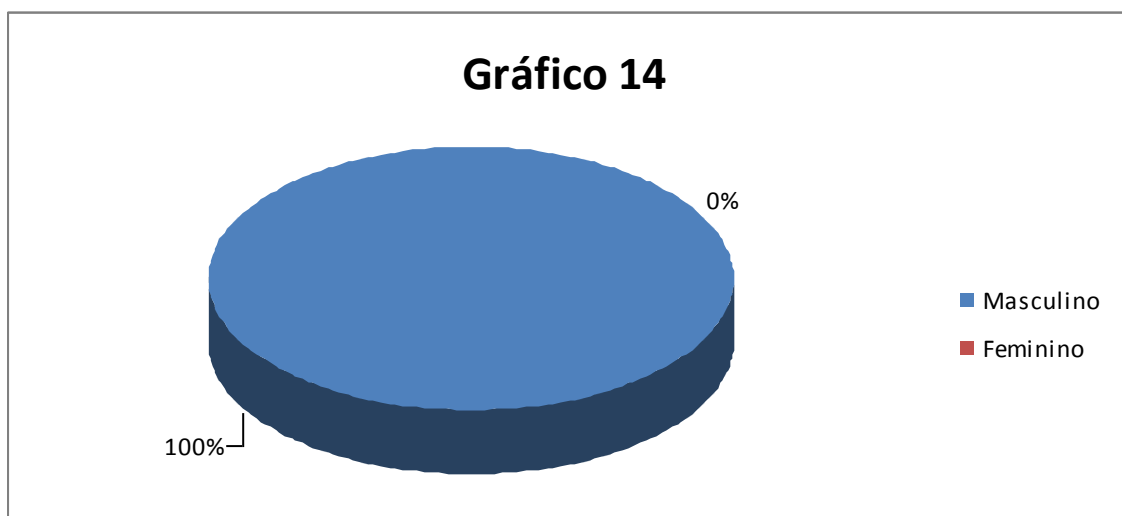


Gráfico 14 – Sexo.

A população em situação de rua, entrevistada, no Município é (100%) masculina.

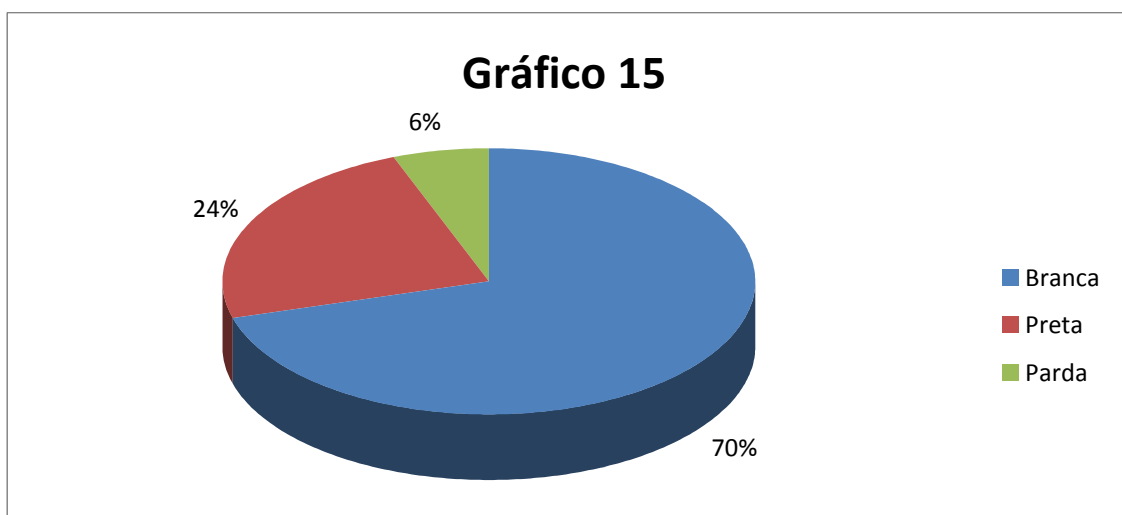


Gráfico 15 – Cor ou raça.

O dado apresentado é a representação da etnia do Município com predominância da raça branca (71%). De negros (23%) e pardo minoria (6%). Dados municipais apresentado no Censo 2010.

#### 5.1.10 Educação

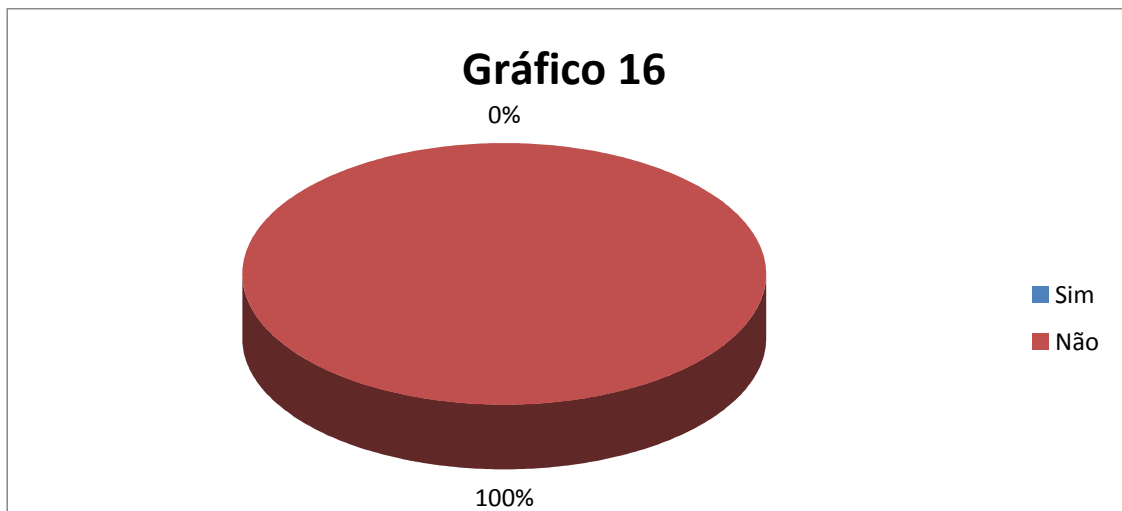


Gráfico 16 – Frequenta a escola?

Todos os entrevistados referiram saber ler e escrever e assinaram o formulário de entrevista do CadÚNICO. Entretanto (100%) não estuda atualmente, estando afastado da escola e de cursos profissionalizantes.

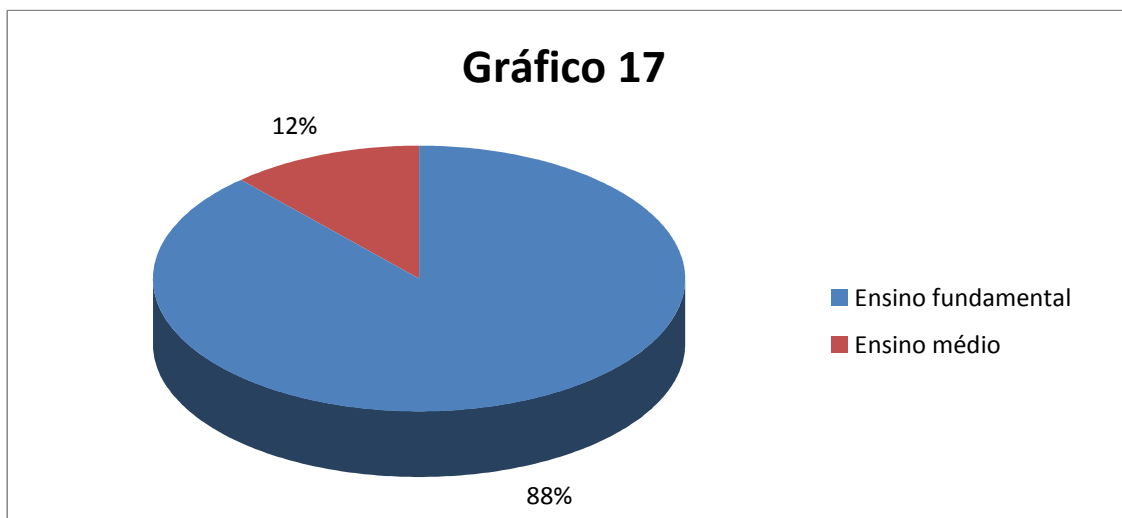


Gráfico 17 – Qual a escolaridade cursada?

A escolaridade da imensa maioria (88%) é o ensino fundamental. Somente (12%) cursou o ensino médio. A busca de profissionais qualificados com exigência do mercado formal de ensino médio aumenta a distância destes sujeitos a se inserirem nesta modalidade de direitos trabalhistas respaldados legalmente.

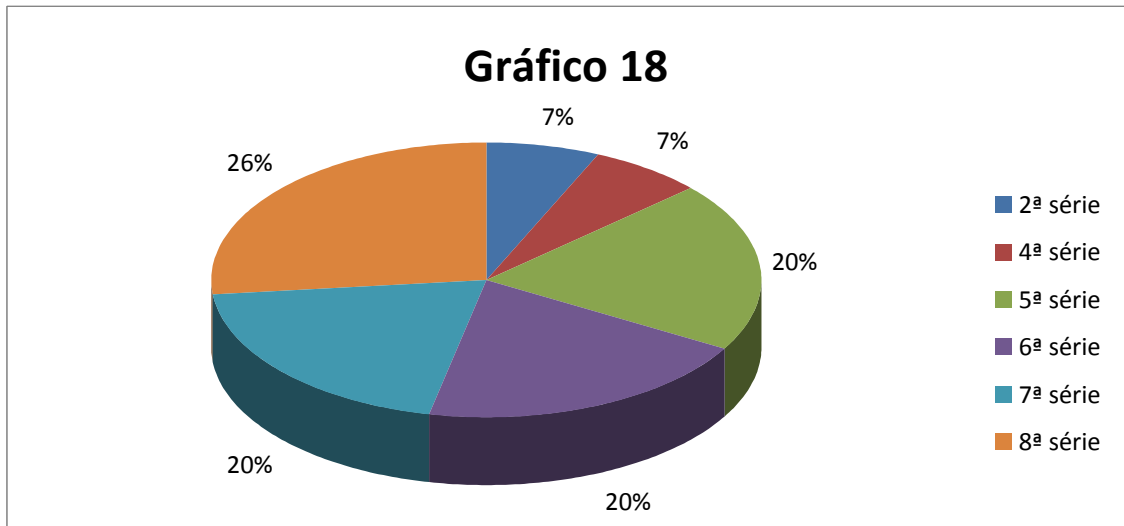


Gráfico 18 – Qual foi o último ano/série que concluiu com aprovação neste curso que frequentou, no ensino fundamental?

O grau de instrução da maioria está na segunda etapa do nível fundamental (87%). Nas séries iniciais (primário) o percentual relativamente é pequeno (13%) comparando a soma dos entrevistados. A oferta de cursos profissionalizantes exige escolaridade mínima dos participantes, tornando um grande desafio a política da educação o retorno destas pessoas aos bancos escolares.

A ferramenta CadÚnico, instrumento oficial para pesquisa e implantação de políticas sociais nas três esferas de governo, muito contribuiu para o construção do diagnóstico da população em situação de rua no Município de Sapucaia do Sul, entretanto algumas questões ficaram em aberto necessitando outros momentos de intervenções qualificadas para a busca de dados na área da saúde, assistência social e trabalho.

Na sequência será realizado a conclusão do trabalho, sendo demonstrado o aprendizado e as reflexões sobre a importância de construção de políticas públicas em nível municipal que atendam as pessoas em situação de rua.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho emergiu da necessidade de se construir políticas públicas que atendam com dignidade e respeito seres humanos, que devido a processos de fragilização, originados das múltiplas expressões da questão social, hoje se encontram em situação de rua.

O material produzido seguiu os moldes de outras pesquisas destinada a este seguimento populacional que prioriza a importância da realização de estudos que possam quantificar e permitir a caracterização social, econômica, cultural, de saúde, educacional de modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a este público. Este processo interventivo de entrevista com objetivo específico, veio descortinar a dinâmica da realidade de rua tornando visível aquelas pessoas da sociedade que tradicionalmente tida como invisíveis ou excluídos das estatísticas, isto é a população de rua adulta de Sapucaia do Sul com a sua heterogeneidade de situações.

Os desafios, as estratégias e as recomendações para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas para essa parcela da população se dimensiona a partir da complexidade de vários aspectos a considerar, dividido neste trabalho em três eixos: intervenção profissional qualificada, vontade política, trabalho intersetorial entre as várias política públicas e utilização de ferramentas para elaboração destas políticas.

Pontua-se, primeiramente, que esta proposta requer um esforço dos profissionais nas intervenções realizadas, com o desprendimento de pré-concepções que, por vezes, emergem enquanto obstáculo que impossibilita este trabalho e, para tanto, entender que este público são seres humanos como todos e qualquer um nós, mas em extrema vulnerabilidade, em risco social, com os processos subjetivos, pessoais, familiares e sociais fragilizados, com ruptura e na maioria com violação de direitos em todos os níveis apresentados.

De outro lado é necessário, como ponto crucial, a sensibilização de gestores comprometidos em desenvolver políticas públicas para todos, principalmente, à população que mais necessita de ações governamentais.

Considera-se, ainda, que o maior desafio das ações governamentais é a intersetorialidade. O trabalho articulado entre as várias áreas sociais, que o cenário



aqui exige pela a complexidade do tema em questão, muitas vezes esbarra no impeditivo dos interesses particulares e políticos em detrimento do ser humano. Situação esta que dificulta o resultado da ação pretendida pelas secretárias interessadas pelas lacunas que ficam da não oferta de serviços em determinadas áreas sociais.

O último aspecto diz respeito ao uso adequado das ferramentas disponíveis, cito aqui o CadÚnico, com reconhecimento em nível federal, enquanto, instrumento oficial para construção de políticas públicas. A dificuldade começa com o cadastramento destas pessoas, devido em muitos casos a necessidade da abordagem social (deslocamento de equipe até os diversos locais que se encontram, geralmente na rua); tem também, a falta de documentação, desta população, para concluir o cadastro e por último a não utilização deste instrumento pelos gestores, enquanto banco de dados para planejamento de políticas municipais.

Ao realizar esta análise crítica e reflexiva observasse que este grupo populacional tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, que vivenciam um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho. No entanto, tem se ainda que estar atento para outras especificidades que perpassam a população de rua, como: gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais, para a construção efetiva de políticas públicas que possam atender as diversas e complexas necessidade destes sujeitos, que articulam estratégias de sobrevivência do jeito que lhes é possível.

Um dos grandes desafios refere-se à articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, além do desenvolvimento de ações de forma integrada e complementar, que perceba o sujeito e a comunidade de forma integral e não fragmentada. Desta forma, pensar estratégias que considerem esses aspectos fortalece toda e qualquer a atuação política e aproxima a comunidade e suas demandas, ou seja, uma atuação comprometida com a promoção de direitos, de cidadania, da saúde, com a promoção da vida.

Entende-se que este é apenas o primeiro movimento para pensar uma política articulada entre assistência social, saúde, trabalho, habitação, educação, etc., que olhe para esta população, historicamente, discriminada, enquanto sujeitos de direitos, não buscando enquadrá-los em modelos convencionais, mas ofertando a

oportunidade que estes tenham acesso a serviços públicos como todo e qualquer cidadão. Contudo, também se compreende que para esta população deixar de ser invisível frente ao olhar da sociedade é preciso reconhecê-los nas suas histórias de vida e promover a inclusão social, pautada na garantia de direitos, preconizado na Constituição Federal para todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Paulo; PRATES, Jane (org.). Relatório de Resultados. **Pesquisa Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua em Porto Alegre**. Porto Alegre: NESPRua, nov. 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>> Acesso em: 05 abr 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema de Cadastro Único. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/sistemas/sistemadecadastrounico>> Acesso em: 15 abr. 2011b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>> Acesso em: 15 maio 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Guia do Gestor Municipal: Cadastro Único para Programas Sociais. Brasília, 2010. 51p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Instrução Operacional Conjunta Senarc/SNAS/MDS n. 07, de abril 2010. Orientações aos municípios e ao Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único. 2010.

BRASIL. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. 2009.

BRASIL. Política Nacional para população em Situação de Rua. Brasília/DF, dez 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Diagnóstico Socio-assistencial Municípios Lote 14. Curso de capacitação de gerentes Sociais para a Proteção Social não Contributiva e Constituição da Rede Descentralizada de Capacitação. Porto Alegre: FAURGS/UFRGS, 2008.

BRASIL. Política Nacional para Inclusão Social da população em Situação de Rua. Brasília/DF, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). 1993.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. **Desigualdade e a Questão Social**. Canoas: EDUC, 2004.

FERREIRA, Francisco de Paula. **Dicionário de bem-estar social**. São Paulo: Cortez, 1982.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Dicionário do direito de família**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. Descentralização e participação: alcances e limites da inovação no Município de São Paulo. **Revista Serviço Social & Sociedade**. n. 41. São Paulo: Cortez, 1998.

KERN, Francisco A.; SCHNORR, Ruthe Correa da Costa. **Pesquisa em serviço social**. Canoas: ULBRA, 2003. (Caderno Universitário)

LANCETTI, Antônio. A casa de inverno notas para a desinstitucionalização da assistência social. In: LANCETTI, Antônio. **Revista saúde & loucura**. n. 4. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio**. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. 2. ed. renovada. São Paulo: PUC/SP, 1994.

PORTO ALEGRE. Prefeitura. **A realidade do morador de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: FASC/PUCRS, 1999.

SÃO PAULO. Prefeitura. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Acolher reconstruindo vidas**. 2004.

SAPUCAIA DO SUL (RS). Prefeitura. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Relatório anual 2010**. Sapucaia do Sul.

SAPUCAIA DO SUL (RS). Prefeitura. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Relatório anual 2009**. Sapucaia do Sul.

REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. **Serviço social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: UFRG, 2006. (p. 67-78).

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

TÜRCK, Maria da G. M.; GOMES, Martins, Regina Helena (org.). **Moradores de Rua**. Caderno Temático da Disciplina de Questão Social no Rio Grande do Sul, n. 3, Canoas: ULBRA, 2004.

UNIÃO estável. Disponível em: <<http://www.boletim.juridico.com.br>> Acesso em: 13 out. 2005.

**ANEXO A – Formulário Principal e Suplementar 2: Pessoa em  
situação de rua.**



FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRICULA  
DESTA FORMA: X**2.06 - Quais os principais motivos pelos quais (nome) passou a morar na rua/albergue/outro?**

Este quesito admite múltipla marcação.

- 1 - Perda de moradia
- 2 - Ameaça/violência
- 3 - Problemas com familiares/companheiro(a)
- 4 - Alcoolismo/drogas
- 5 - Desemprego
- 6 - Trabalho
- 7 - Tratamento de saúde
- 8 - Preferência/opção própria
- 9 - Outro
- 10 - Não sabe/não lembra
- 11 - Não respondeu

**2.07 - Há quanto tempo (nome) mora nesta cidade?**

- 1 - Até seis meses
- 2 - Entre seis meses e um ano
- 3 - Entre um e dois anos
- 4 - Entre dois e cinco anos
- 5 - Entre cinco e dez anos
- 6 - Mais de dez anos

**2.08 - Vive com sua família na rua?**

- 1 - Sim  
(Use a lista de componentes da família no Bloco 3 do Formulário Principal)
- 2 - Não

**2.09 - (Nome) tem contato com parente que viva fora da rua?**

- 1 - Todo dia
- 2 - Toda semana
- 3 - Todo mês
- 4 - Todo ano
- 5 - Quase nunca
- 6 - Nunca

**2.10 - Nos últimos seis meses (nome) frequentou ou participou de alguma atividade comunitária? Este quesito admite múltipla marcação.**

- 1 - Escola
- 2 - Associação
- 3 - Cooperativa
- 4 - Movimento social
- 5 - Não sabe/não lembra
- 6 - Não respondeu

**2.11 - Nos últimos seis meses (nome) foi atendido em algum dos lugares listados abaixo?**

Este quesito admite múltipla marcação.

- 1 - Centro de Referência da Assistência Social - CRAS
- 2 - Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS
- 3 - Centro de referência para população em situação de rua

- 4 - Instituição de acolhimento governamental (albergue/abrigo/outro)
- 5 - Instituição de acolhimento não-governamental (instituição beneficente privada/outro)
- 6 - Hospital/clínica geral
- 7 - Nenhum

**2.12- Alguma vez (nome) teve emprego com carteira de trabalho assinada?**

- 1 - Sim
- 2 - Não
- 3 - Não sabe

**2.13: - O que (nome) faz para ganhar dinheiro?**  
Este quesito admite múltipla marcação.

- 1 - Construção civil
- 2 - Guardador de carro/flanelinha
- 3 - Carregador/estivador
- 4 - Catador de material reciclável
- 5 - Serviços gerais/limpeza /outro
- 6 - Pede dinheiro
- 7 - Vendas
- 8 - Outro
- 9 - Não respondeu

**RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR - RF**

Declaro, sob as penas da lei (Art. 299 do Código Penal), que as declarações contidas neste formulário correspondem à verdade e comprometo-me a procurar a gestão municipal para atualizá-las sempre que houver mudanças em relação às informações prestadas por mim nesta entrevista ou, no máximo, em até dois anos da data desta entrevista.

Assinatura do Responsável pela Unidade Familiar

Telefone(s) para contato



FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:  
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

### 4 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA

Formulário Principal de  
Cadastro - CADÚNICO - F1

4.01 - Número de ordem

4.02 - Nome completo

4.03 - Identificação (NIS/PIS/PASEP)

4.04 - Apelido

4.05 - Sexo  
 1 - Masculino  2 - Feminino

4.06 - Data de nascimento  
Dia  Mês  Ano

4.07 - Relação de parentesco (nome) com a pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF  
 1 - Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF  
 2 - Cônjuge ou companheiro(a)  
 3 - Filho(a)  
 4 - Enteado(a)  
 5 - Neto(a) ou bisneto(a)  
 6 - Pai ou mãe  
 7 - Sogro(a)  
 8 - Irmão ou irmã  
 9 - Genro ou nora  
 10 - Outro parente  
 11 - Não parente

4.08 - Cor ou raça  
 1 - Branca  2 - Preta  3 - Amarela  4 - Parda  5 - Indígena

4.09 - Nome completo da mãe  
  
 2 - Não sabe

4.10 - Nome completo do pai  
  
 2 - Não sabe

4.11 - Onde (nome) nasceu?  
 1 - Neste município - Passe ao 4.15  2 - Em outro município  3 - Em outro país - Passe ao 4.14

4.12 - Em que estado (nome) nasceu?  
  
 2 - Não sabe

4.13 - Em que município (nome) nasceu?  
  
 2 - Não sabe **Passe ao 4.15**

4.14 - Em que país estrangeiro (nome) nasceu?  
  
 2 - Não sabe

4.15 - O nascimento (nome) foi registrado em Cartório de Registro Civil?  
 1 - Sim e tem Certidão de Nascimento  3 - Não   
 2 - Sim, mas não tem Certidão de Nascimento  4 - Não sabe  
Se tem RANI, passe ao 5.01, opção 3  
Se não tem RANI, passe ao 6.01

31.442 v002



FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

**7 - ESCOLARIDADE**

7.01 - (Nome) sabe ler e escrever?

- 1 - Sim
- 2 - Não

7.02 - (Nome) frequenta escola ou creche?

- 1 - Sim, rede pública
- 2 - Sim, rede particular
- 3 - Não, já frequentou - **Passar ao 7.09**
- 4 - Nunca frequentou
  - Pessoa com 10 anos ou mais, **passar ao 8.01**
  - Pessoa com menos de 10 anos, **encerrar a entrevista**

7.03 - Qual é o nome dessa escola ou creche que (nome) frequenta?

\_\_\_\_\_

7.04 - Essa escola ou creche está localizada neste município?

- 1 - Sim - **Passar ao 7.06**
- 2 - Não

7.05 - Qual é o estado e o município onde está localizada a escola ou creche?

1 - Estado \_\_\_\_\_

2 - Município \_\_\_\_\_

7.06 - Código do INEP/MEC da escola ou creche:

\_\_\_\_\_  2 - Não tem

7.07 - Qual é o curso que (nome) frequenta?

- 1 - Creche
  - 2 - Pré-escola (exceto CA)
  - 3 - Classe de Alfabetização - CA - **Passar ao 8.01**
  - 4 - Ensino Fundamental regular (duração 8 anos)
  - 5 - Ensino Fundamental regular (duração 9 anos)
  - 6 - Ensino Fundamental especial
  - 7 - Ensino Médio regular
  - 8 - Ensino Médio especial
  - 9 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo - 1ª a 4ª)
  - 10 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo - 5ª a 8ª)
  - 11 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
  - 12 - Alfabetização para adultos
  - 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
  - 14 - Pré-vestibular
- Encerrar a entrevista dessa pessoa
- Passar ao 8.01**

7.08 - Qual é o ano/série que (nome) frequenta?

- 1 - Primeiro(a)
  - 2 - Segundo(a)
  - 3 - Terceiro(a)
  - 4 - Quarto(a)
  - 5 - Quinto(a)
  - 6 - Sexto(a)
  - 7 - Sétimo(a)
  - 8 - Oitavo(a)
  - 9 - Nono(a)
  - 10 - Curso não-seriado
- Passar ao 8.01**

**PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUENTOU**

7.09 - Qual foi o curso mais elevado que (nome) frequentou, no qual concluiu pelo menos uma série?

- 1 - Creche
  - 2 - Pré-escola (exceto CA)
  - 3 - Classe de Alfabetização - CA
  - 4 - Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries, Elementar (Primário), Primeira fase do 1º grau
  - 5 - Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries, Médio 1º ciclo (Ginásio), Segunda fase do 1º grau
  - 6 - Ensino Fundamental (duração 9 anos)
  - 7 - Ensino Fundamental Especial
  - 8 - Ensino Médio, 2º grau, Médio 2º ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)
  - 9 - Ensino Médio Especial
  - 10 - Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1ª a 4ª)
  - 11 - Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5ª a 8ª)
  - 12 - Ensino Médio EJA (Supletivo)
  - 13 - Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado
  - 14 - Alfabetização para Adultos (Mobral, etc.)
  - 15 - Nenhum
- Passar ao 8.01**

Formulário Principal de Cadastramento - CADÚNICO - FI

31.442 v002

FAÇA AS LETRAS CONFORME O MODELO:

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

PREENCHA A QUADRÍCULA  
DESTA FORMA: X

7.10 - Qual foi o último ano/série que (nome) concluiu com aprovação nesse curso que frequentou?

- 1 - Primeiro(a)        3 - Terceiro(a)        5 - Quinto(a)        7 - Sétimo(a)        9 - Nono(a)
- 2 - Segundo(a)        4 - Quarto(a)        6 - Sexto(a)        8 - Oitavo(a)        10 - Curso não-seriado

7.11 - (Nome) concluiu esse curso que frequentou?

- 1 - Sim        2 - Não

### 8 - TRABALHO E REMUNERAÇÃO

(para pessoas de 10 anos de idade ou mais)

8.01 - Na semana passada (nome) trabalhou?

- 1 - Sim - Passe ao 8.03

2 - Não

8.02 - Na semana passada (nome) estava afastado de um trabalho, por motivo de doença, falta voluntária, licença, férias ou por outro motivo?

- 1 - Sim

2 - Não - Passe ao 8.05

*Caso tenha mais de um trabalho, considere como principal o de maior número de horas normalmente trabalhadas por semana*

8.03 - Esse trabalho principal que (nome) exerceu foi na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)?

- 1 - Sim

2 - Não

8.04 - Nesse trabalho principal (nome) era:

- |   |                                 |
|---|---------------------------------|
| 1 - Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)          | 7 - Trabalhador não-remunerado  |
| 2 - Trabalhador temporário em área rural                    | 8 - Militar ou servidor público |
| 3 - Empregado sem carteira de trabalho assinada             | 9 - Empregador                  |
| 4 - Empregado com carteira de trabalho assinada             | 10 - Estagiário                 |
| 5 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada | 11 - Aprendiz                   |
| 6 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada |                                 |

8.05 - No mês passado (nome) recebeu remuneração de trabalho?  
(Se sim, registre o valor bruto da remuneração efetivamente recebida em todos os trabalhos)

\_\_\_\_\_,00

0 - Não recebeu

8.06 - (Nome) teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?

- 1 - Sim

2 - Não - Passe ao 8.09

8.07 - Quantos meses trabalhou nesse período?

\_\_\_\_

8.08 - Qual foi a remuneração bruta de todos os trabalhos recebidos por (nome) nesse período?

\_\_\_\_\_,00

8.09 - Quanto (nome) recebe, normalmente, por mês de:

- |  |          |   |
|--|----------|---|
| 1 - Ajuda/doação regular de não morador  | _____,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |
| 2 - Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS                               | _____,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |
| 3 - Seguro-desemprego  | _____,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |
| 4 - Pensão alimentícia   | _____,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |
| 5 - Outras fontes de remuneração exceto bolsa família ou outras transferências similares | _____,00 | <input type="checkbox"/> 0 - Não recebe |